

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

RESULTADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA AÇÃO DO ESTADO NOS PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES

Estudo de Caso: O Açude de Boqueirão

Cléa Cordeiro Rodrigues

0 CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

JANEIRO - 1 9 8 5



R669r Rodrigues, Cléa Cordeiro.
Resultados sócio-econômicos da ação do estado nos programas de desenvolvimento regional para os pequenos agricultores : estudo de caso: o Açude de Boqueirão / Cléa Cordeiro Rodrigues. - Campina Grande, 1985.
140 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1985.
Orientação: "Prof. Dr. José Maria Veras Filho".
Referências.

1. Desenvolvimento Regional - Programas. 2. Pequenos Agricultores. 3. Transformações Sócio-econômicas. 4. Economia - Dissertação. I. Veras Filho, José Maria. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 338.1(043)

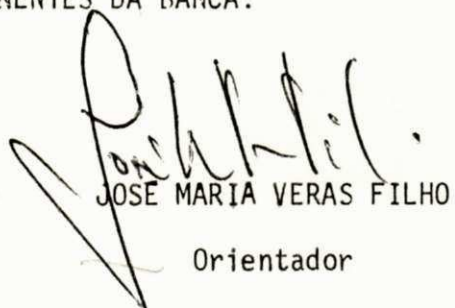
RESULTADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA AÇÃO DO ESTADO NOS PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES

Estudo de Caso: O Açude de Boqueirão

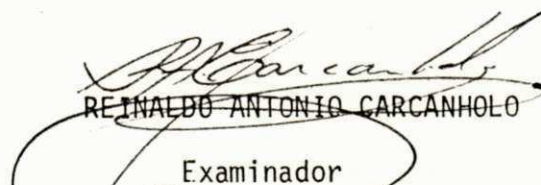
CLEA CORDEIRO RODRIGUES

APROVADA EM: 21 / 03/ 85

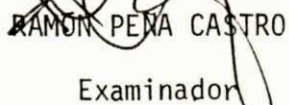
COMPONENTES DA BANCA:



JOSE MARIA VERAS FILHO
Orientador



RETINALDO ANTONIO CARCANHOLO
Examinador



RAMON PEÑA CASTRO
Examinador

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I:

PÁGINA

INTRODUÇÃO

1.1 - ATUAÇÃO DO ESTADO NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO -----	1
1.2 - EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DA LUTA CONTRA AS SECAS -	25
1.3 - ÁREA DE ESTUDO -----	33
1.4 - CRITÉRIOS DE ESCOLHA -----	37
1.5 - RELEVÂNCIA DO TEMA -----	38
1.6 - OBJETIVOS -----	40
1.6.1 - Objetivo Geral -----	40
1.6.2 - Objetivos Específicos -----	40
1.7 - MARCO TEÓRICO -----	41

CAPÍTULO II:

MÉTODO DE TRABALHO

2.1 - FONTE DE DADOS -----	49
2.2 - DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA -----	50

CAPÍTULO III:

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 - ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES -----	53
3.1.1 - Considerações Gerais -----	53
3.1.2 - Produção -----	63
3.1.3 - Comercialização -----	68
3.1.4 - Relações de Trabalho -----	74
3.1.5 - Resultados Econômicos -----	80
3.2 - INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS -----	100
3.2.1 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais -----	100
3.2.2 - EMATER -----	105
3.2.3 - Atuação do DNOCS no Município -----	108

CAPÍTULO IV:

CONCLUSÕES -----	117
------------------	-----

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

LISTA DE QUADROS

QUADRO	PÁGINA
1 Distribuição da propriedade fundiária de Boqueirão - 1978 --	35
2 Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção no município de Boqueirão - 1979 -----	36
3 Produção total e em percentual das principais culturas realizadas pelos arrendatários do DNOCS (1974/82) -----	64
4 Produção total do tomate no município de Boqueirão (1974/82)	66
5 Área (em ha) utilizada na cultura do tomate (1974/82) -----	67
6 Produção total e em percentual das principais culturas realizadas pelos pequenos proprietários (1974/82) -----	69
7 Orçamento para um hectare de tomate mesa (1983) -----	85
8 Composição do capital agrário de uma propriedade de 35 hectares (julho/83) -----	88
9 Composição do capital agrário de uma propriedade de 100 hectares (julho/83) -----	89
10 Especificação da Renda Bruta de uma propriedade de 35 hectares (julho/83) -----	90
11 Especificação da Renda Bruta de uma propriedade de 100 hectares (julho/83) -----	91
12 Distribuição dos custos de produção numa propriedade de 35 hectares (julho/83) -----	96
13 Distribuição das despesas numa propriedade de 100 hectares (julho/83) -----	97
14 Condição do Produtor -----	99
15 Número de Pescadores que atuam no açude Epitácio Pessoa (julho/83) -----	112

LISTA DE ANEXOS

ANEXO		PÁGINA
1	Classificação do município de Boqueirão em termos populacionais -----	122
2	Municípios que compõem a Micro-região Homogênea 208	124
3	Termo de reclamação feito por trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão referente a não distribuição de vazantes e denúncia de sua utilização como pastagem -----	126
4	Termo de reclamação feito por trabalhadores com denúncia referente à concessão de vazantes -----	128
5	Ofício enviado ao DNOCS pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com pedido de distribuição de vazante e denúncia de sua utilização como pastagem--	131
6	Modelo de contrato de arrendamento utilizado pelo DNOCS -----	133
7	Termo aditivo de contrato de arrendamento utilizado pelo DNOCS -----	136

LISTA DE FIGURAS

FIGURA		PÁGINA
1	Fluxograma da distribuição do tomate pelo produ <u>tor</u> e intermediário -----	72

LISTA DE MAPAS

MAPA

PÁGINA

- 1 Mapa da Paraíba com localização e limites da Micro-
Região Homogênea 208 ----- 34

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido para ser apresentado, a título de Dissertação, ao Curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba.

O objetivo do trabalho é analisar as transformações econômicas e sociais ocorridas no município de Boqueirão como consequência da construção do açude, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) que o administra após um quarto de século de finalização da obra.

As culturas de vazante, constituem o principal objeto deste estudo. Além de caracterizarmos o desenvolvimento das culturas de vazante, dificuldades e carências, face às condições disponíveis dos produtores que atuam na área do DNOCS, abordamos a própria atuação deste organismo oficial e outras instituições envolvidas tais como: Sindicato, EMATER, órgãos que, de forma direta ou indireta, determinam juntamente com as condições econômicas do produtor, as características específicas da cultura de vazante na região.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 - ATUAÇÃO DO ESTADO NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO

A análise das políticas do Estado podem ajudar-nos a compreender as relações regionais e seus resultados. Essas políticas são, muitas vezes, contraditórias, por exemplo: de um lado, o Estado adota políticas de desenvolvimento regional do Nordeste e, ao mesmo tempo, implementa políticas setoriais e macro-econômicas que aceleram o processo de concentração econômica e política, e favorecendo o Sudeste, a exemplo do subsídio às exportações de produtos manufaturados, investimentos estatais, incentivos fiscais e, assim por diante.

Neste item citaremos os principais planos elaborados pelo governo, desde o ano de 1951, destinados à agricultura e à pecuária na região semi-árida. Após relacionarmos os planos no âmbito nacional, deter-nos-emos nos planos destinados à região nordestina analisando os resultados que, por estarem atrelados ao plano nacional buscaremos - nesta relação - base concreta para sua explicação.

Em 1951, violenta seca registrou-se na região nordestina, não obstante a intensificação do programa de armazenamento de água a partir de 1932, quando autoridades governamentais, verificaram que, em duas décadas de ação, as estradas e os açudes construídos em quase nada tinham contribuído para atenuar os efeitos da seca no Nordeste. As estradas de

ram mais mobilidade às populações interioranas que, por sua vez, passaram a exercer maior pressão nas comunidades mais favorecidas da zona litorânea, criando novos problemas para os centros urbanos. Novamente o Governo Central, diante do flagelo da seca, da marginalidade regional, da pobreza geral de seus habitantes, do sub-desenvolvimento geral e migrações constantes para regiões mais favorecidas, sentiu a necessidade de fazer algo para ajudar o Nordeste, através da intensificação na construção de açudes.

Até 1975, 93% dos açudes públicos construídos pelo DNOCS, tiveram a construção iniciada na década de 50, e 77%, mais precisamente, entre 1951 e 1953.

O Açude Epitácio Pessoa teve a construção iniciada em 1951 dentro deste contexto, quando:

"Para atenuar os efeitos do flagelo ressurgido, elaborou o Governo um programa de emergência, para execução pelo Ministério da Viação, Obras Públicas e da Agricultura, com o fim de dar emprego a mão-de-obra deslocada e de promover o aproveitamento dos tratos de terras irrigáveis em que fosse possível empreender com rapidez culturas agrícolas de subsistência"⁽¹⁾.

De forma que, no período compreendido entre 1951 e 1953 "foram construídos em regime de cooperação entre o DNOCS e os proprietários, 63 pequenas barragens particulares; dos açudes públicos, cinco localizavam-se no Estado do Ceará; três no Rio Grande do Norte; dois na Paraíba; um em Pernambu

(1) PRESIDÊNCIA da República. Mensagem ao Congresso Nacional, 1952, p. 231.

co; cinco na Bahia; um no Piauí. Dos particulares, trinta e seis no Ceará; onze no Rio Grande do Norte; onze na Paraíba; dois em Pernambuco, três na Bahia" (2).

O açude Epitácio Pessoa teve a construção iniciada neste período inicialmente com a finalidade primordial de regularizar o rio Paraíba, proporcionando emprego a mão-de-obra e aproveitar a queda d'água para uma hidrelétrica.

Em Boqueirão, a construção do açude suscitou divisão da população a respeito da nova realidade. Em meio ao júbilo da maior parte da população pela expectativa criada, existia, principalmente, insatisfação dos proprietários de terra que haviam sido desapropriadas para ceder lugar ao futuro açude. Júbilo e insatisfação tinham sua justificação nas promessas do governo e na forma de desapropriação. A causa da insatisfação dos proprietários é que tiveram suas terras invadidas sem receber a devida indenização*.

O segundo quinquênio da década de 50 é marcado pelo Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nesse período é de absoluta prioridade a integração do parque industrial brasileiro. A agricultura permaneceu nos mesmos níveis de produtividade, mas sofrendo processo de descapitalização motivado pela transferência de parte de seu excedente

(2) SUDENE, IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.

* Segundo relação nominal dos proprietários a serem indenizados pelo DNOCS de acordo com o decreto nº 59.646 de 02 de dezembro de 1966, foram indenizados apenas 28.828.975 m² correspondente a 31 lotes dos 415 levantados pelo DNOCS. No período que foi feito o levantamento, toda a área pertencia ao município de Carnoió, com o desmembramento e o surgimento do município de Boqueirão, observamos que cerca de 98% das propriedades indenizadas localizam-se no município de Boqueirão.

para financiamento de investimentos industriais, o que bloqueou a modernização do setor. Esses investimentos eram estimulados pela política de isenção fiscal, sendo o mais importante o chamado sistema 34/18, aprovado em junho de 1963.

E, também, um período caracterizado pela ampliação da intervenção direta do Estado na Economia. O governo passou a criar as condições de expansão da indústria privada, realizando obras de infra-estrutura e, estimulando atividades e investimentos privados.

Nestes pontos, o Governo arca com a responsabilidade, construindo o apoio para que o capital privado tenha condições de se desenvolver.

Dentro das considerações do governo em prol do desenvolvimento, surge a Igreja Católica, despertando para os verdadeiros problemas do Nordeste, de onde se constata que:

"Não se pode negar à Igreja Católica, o mérito de ter sido a primeira a despertar para o problema da fome no Nordeste. Teve a primazia de erguer a voz contra uma situação que todos conheciam mas se recusavam a admitir"⁽³⁾.

Os problemas nordestinos foram amplamente estudados no 1º Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande em maio de 1956, cujo encerramento se deu no dia 26 de maio, contando com a presença do Presidente da República. No dia 1º de julho, do mesmo ano, o Presidente, no Rio de Ja

(3) Apud Amélia COHN - Crise Regional e Planejamento. São Paulo. Editora Perspectiva, 1976, pág. 87.

neiro, assinou vinte decretos que consubstanciavam as provi
dências executivas contra a seca, no âmbito federal, resultado
do das recomendações dos Bispos.

Os problemas estudados durante o Encontro, são re
lativos em sua maioria ao setor rural, referência aos probleme
mas sociais dos núcleos urbanos à medida em que se acreditava
parte das soluções destes dependendo da solução do problema a
grário. Efetivamente, propõem os Bispos que sejam encaminhado
dos ao Congresso Nacional, os ante-projetos de lei:

*"que tratam do acesso à exploração agrária, da
locação rural e da desapropriação das áreas apro
veitáveis dos açudes públicos... Confiamos em que
se torne possível, em breve espaço de tempo, o i
nício de uma nova política de utilização da terra,
com a preocupação elevada de tornar-se a proprie
dade um instrumento em favor do bem estar, não de
poucos mas de um grupo bem maior" (4)*

Na reunião de Campina Grande, as autoridades eclesi
ásticas chamaram a atenção dos poderes do País para o fato
de que nenhuma outra obra nordestina se impunha com maior ur
gência do que a do serviço de água de Campina Grande, não sô
pelo valor econômico e progressista da cidade, cujo destino
estava condicionado à solução daquele problema.

Sendo Campina Grande, a maior cidade do interior
do Nordeste, em população, comércio e indústria (na época era
também ponto estratégico na geografia do Polígono das Secas)

(4) I Encontro dos Bispos do Nordeste, Campina Grande, maio de 1956, Presi
dência da República, Rio de Janeiro, 1960, pág. 7

sua condição geo-econômica da "porta do sertão", coloca-a em posição especial, em face de populações numerosas de uma área extensa.

Do progresso de Campina Grande, que era o entreposto do comércio regional, dependia, assim, a prosperidade de uma zona considerável. Sem o abastecimento de água de forma regular e abundante, a vida da cidade conheceria tremendos empecilhos em seus desdobramentos. Mas, para regularizar o abastecimento, havia a necessidade de captar a água e elevá-la a quase meio quilômetro de altura, para depois transportá-la à distância de cerca de 40 quilômetros.

De forma que, a construção do açude Epitácio Pessoa, embora se constituísse em propósitos de governos anteriores, teve a construção agilizada somente no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, como consequência direta de sua política desenvolvimentista.

Para conclusão da obra, os engenheiros do DNOCS trabalharam incessantemente, dirigindo os 3.000 operários em regime de trabalho integral (as 24 horas por dia) em turmas que se revezavam desprezando feriados e domingos.

E, assim, em 16 de janeiro de 1957, o Presidente Kubitschek inaugurou o açude de Boqueirão de Cabaceiras, unidade destinada a resolver o problema do abastecimento de água de Campina Grande, conforme o Sr. Lúcio Meira, Ministro da Viação e Obras Públicas, quando da inauguração da adutora de Campina Grande comentava:

"tornaram-se, assim, inadiáveis as providências para corrigir rapidamente tão grave situação, que a Conferência dos Bispos do Nordeste, em 1956, aqui mesmo em Campina Grande indicava ao Governo Federal como um dos problemas mais sérios de toda a região nordestina.

Acolhendo essa indicação, e conferindo à solução de tal problema, caráter absolutamente prioritário, o Presidente Juscelino Kubitschek, com a presteza de decisão que o caracteriza, determinou se enfrentasse imediatamente a tarefa de dotar Campina Grande de novo sistema de abastecimento d'água à altura de seu progresso e, capaz de atender aos justos reclamos de sua laboriosa população"⁽⁵⁾.

Também como decorrência do 1º Encontro dos Bispos, foi formado o Grupo Cariri, instituído pelo Decreto nº 39.295 de 01/06/56. O Grupo tinha por finalidade "promover medidas necessárias ao desenvolvimento da criação e da indústria leiteira na região, através de projetos que propiciassem assistência técnica aos criadores; construção de aguadas; crédito orientado; fomento de plantio de palma forrageira e de leguminosas de valor agrostológico; montagem ou aperfeiçoamento da indústria e leiteira; transporte dos reprodutores e matrizes adquiridas por entidades públicas ou particulares"⁽⁶⁾.

A área de ação do Grupo compreendia todos os municípios dos Cariris Velhos Paraibanos, e eram constituídos por cinco entidades: Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco do Brasil S.A.; Departamento Nacional de Obras Contrás as Se

(5) MEIRA, Lúcio - Discurso, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1957.

(6) GRUPO CARIRI - Decreto nº 39.295 de 1 de junho de 1956, Regime Interno.

cas (DNOCS); Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA).

No que pese a inexistência de dados concretos que permita análise mais objetiva, observamos que em Boqueirão, os resultados da atuação do Grupo não foram os mesmos obtidos em outros municípios em termos de ampliação do rebanho bovino, melhoria do nível técnico e fomento da palma forrageira.

É também, a partir de 1956 que o governo central passa a dar maior atenção ao setor agrícola, criando o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, formado por Israel Kabin, Luiz Carlos Mancini e Celso Furtado que, sobre o setor, assim se pronunciaram:

"Destarte, o primeiro objetivo do plano de industrialização terá que ser o de modificar a tendência ao enriquecimento relativo dos alimentos. A reestruturação da agricultura nordestina, visando o uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água, constitui pré-requisito da industrialização. É por esta razão que, no Plano de Ação aqui sugerido, dá-se ao problema do abastecimento de alimentos às zonas urbanas, a mesma alta prioridade que à intensificação dos investimentos industriais"⁽⁷⁾

Não obstante o documento constatar, que a inoperância do setor agrícola é devido à escassez de terras aráveis, ressaltando o problema dos latifúndios que sub-proveitam o fator terra e dos minifúndios que desgastam rápido o solo, e

(7) Apude Amélia COHN - Crise Regional e Planejamento. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978, pág. 119.

que a produção de alimentos dá-se em minifúndios na zona semi-árida, o trabalho identifica o setor agrícola apenas como essencial para atingir o objetivo principal do governo, que é a industrialização regional.

Diante deste contexto de medidas, a situação do distrito de Boqueirão permanecia a mesma, agravando-se em 1958, quando o Nordeste enfrentou outra grande seca, e o número de flagelados já ultrapassava a casa de 20.000 que vagavam sem destino em busca de água, comida e trabalho. A seca coincidiu com a conclusão do açude, fato que intensificou o êxodo de pessoas que se deslocavam em cima de caminhão para o Rio de Janeiro e São Paulo. Engrossando as fileiras de retirantes, estavam, principalmente, aqueles que não receberam indenização. É importante lembrar casos de pessoas que ficaram em extrema pobreza, sobrevivendo às custas de esmolas.

Em 15 de dezembro de 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - sancionada pela lei 3.692. Com o novo órgão, Kubitschek procurou levar ao Nordeste miniprogramas de metas, que incluía - segundo suas próprias palavras - a realização do binômio industrialização e Agricultura irrigada. Assim, o Primeiro Plano Diretor da SUDENE, fala em siderurgia, energia, fortalecimento da agricultura, embora não trate da redistribuição da terra e das relações de poder no campo, o que contribuiu para a manutenção da estrutura vigente. De fato, o mecanismo de incentivos fiscais promoveu o investimento no Nordeste, daquelas companhias que tinham mais a lucrar com a legislação, isto é: as grandes empresas localizadas no Centro-Sul.

Essas diretrizes que foram defendidas por técnicos da SUDENE motivaram muitas críticas, entre as quais citamos a de Castro, quando afirmou:

"É curioso observar que o comportamento absolutamente imprevisto da agricultura de alimentos não pareça ter despertado indagações com respeito ao clássico diagnóstico de 1958. Convencidos da irracionalidade da estrutura agrária regional e, constatando ao mesmo tempo, o dinamismo da oferta, sucessivos analistas procuraram manter a condenação do setor reformulando no entanto, seus termos. Jamais puderam admitir que uma agricultura universalmente condenada, exibindo o mais flagrante atraso tecnológico e mantendo em lamentável situação econômica a maioria de seus trabalhadores, pudessem constituir um setor dinâmico" (8).

Houve forte resistência à criação da SUDENE pelos políticos nordestinos, baseada na opinião de que a SUDENE beneficiaria, prioritariamente, o estado de Pernambuco e que deveria evitar o perigo de se criarem ilhas econômicas fortes e socialmente amparadas, agravando, desse modo, a desigualdade que hoje existe entre o Sul e o Norte do País; que o plano implementaria hegemonias intra-regionais; que, pelo fato de o superintendente ser nomeado pelo Presidente da República, os Estados perderiam sua autonomia e, finalmente, que a SUDENE passaria a manejar os vultosos recursos do DNOCS para financiar no Nordeste (zona litorânea) a instalação de estabelecimentos industriais.

(8) Apud Amélia COHN, Crise Regional e Planejamento. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976, pág. 121.

Por seu turno, os defensores da SUDENE acusavam os adeptos da opinião do DNOCS como responsável pela indústria da seca e de desejarem que o Nordeste continuasse sujeito aos padrões velhos e fracassados da burocracia e do favoritismo, em detrimento da vida e dos interesses do povo.

O debate passou ao plano de ação, através da apresentação de uma emenda do projeto de lei, excluindo o DNOCS da SUDENE (é a emenda de Argemiro Figueiredo - Paraíba). A emenda não foi aprovada e o DNOCS ficou vinculado à SUDENE.

Resumindo: a SUDENE é resultante das tensões sócio políticas nordestinas, e representa a acomodação entre os vários grupos em jogo diante da possibilidade de solução autônoma, no âmbito da própria região. Em termos de política econômica, a proposta no nível regional, representa a implantação, no Nordeste, do padrão de política ao nível nacional. A polêmica anteriormente gerada, dificultou a coordenação dos órgãos federais, DNOCS e SUDENE, prejudicando as tarefas de aproveitamento das bacias dos açudes públicos através da irrigação.

No que se refere à extensão dos incentivos decorrentes dos artigos 34/18 para a agricultura, percebe-se que não surtiram muito efeito para a região, embora a SUDENE, através do Terceiro Plano Diretor, afirmar que fundamentava suas prioridades no reconhecimento de que:

- "1) o processo de industrialização do Nordeste pode ser frustrado, caso não se consiga, a curto prazo, obter a regularização do mercado e aumento subs

tancial na oferta de alimentos e de matérias pri-
mas para a indústria regional;

- 2) o incremento da produção agrícola regional, veri-
ficada nos últimos anos, foi de caráter puramente
extensivo, que provoca sensíveis altas nos custos
de produção, com influência direta sobre o próprio
processo de desenvolvimento"⁽⁹⁾.

O mecanismo de concessão desses incentivos, por
sua própria natureza, possui restritas possibilidades de pro-
vocar mudanças estruturais. De forma que, a maioria dos pro-
jetos apresentados à SUDENE destinam-se a investimentos em pe-
cuária bovina de corte.

No IV Plano Diretor, a SUDENE coloca entre seus
objetivos prioritários, aumento da oferta de terras e de ali-
mentos e parte das seguintes medidas:

- a) Colonização das terras despovoadas de clima úmido,
particularmente no Maranhão e sul da Bahia;
- b) Aproveitamento das bacias dos açudes e das possi-
bilidades de irrigação no baixo e submédio São
Francisco e no vale do Jaguaribe;
- c) Expansão de área cultivada nos chamados tabulei-
ros costeiros do Nordeste, mediante emprego de mo-
dernas técnicas agronômicas;

(9) SUDENE. III Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordes-
te.

- d) Liberação de terras na zona canavieira pela introdução de técnicas capazes de aumentar a produtividade" (10).

Neste plano, a SUDENE debita à falta de vinculação entre a programação do DNOCS e as diretrizes dos três Planos Diretores, "o relativo insucesso do Governo no esforço de tornar a economia da zona semi-árida mais resistentes às secas" (11).

De forma que, de acordo com a orientação da SUDENE, o DNOCS tentou realizar programas de irrigação, pesquisas agropecuárias e desenvolvimento da pesca no interior da região semi-árida.

Conquanto houvesse algum avanço, a nível de projeto, relacionado com a pequena produção agrícola, o município de Boqueirão continuou mantendo as mesmas características, ou seja, produção de subsistência nas pequenas propriedades e pecuária nas propriedades de maior dimensão.

O açude Epitácio Pessoa só figurou diretamente no 3º Plano Diretor da SUDENE apenas no que se refere ao controle de enchentes e abastecimento de água em várias cidades.

No que diz respeito à indústria, o Núcleo de Assistência Industrial (NAI-Pb) fez em 1976, um trabalho com a finalidade de consultar a SUDENE sobre a viabilidade de implantação de uma indústria no município de Campina Grande, a qual

(10) SUDENE, IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.

(11) IDEM

se dedicaria à industrialização do tomate. Este empreendimento assegurava, segundo o planejamento, empregos diretos em Campina Grande e empregos indiretos em Boqueirão além da melhoria de vida para muitas famílias da zona rural daquele município.

Embora houvesse garantia, por parte dos produtores, do fornecimento regular e contínuo da matéria-prima para a industrialização; da localização da indústria em Campina Grande (cidade considerada entre-posto comercial do Nordeste) o trabalho ficou apenas a nível de consulta.

O mercado de derivados de tomate no Nordeste, é abastecido pelas indústrias PEIXE, CICA e ETTI, principalmente a primeira, em vista de localizar-se em Pesqueira-Pe; este fato vem desestimulando novos investidores no ramo, dado o poder de barganha destas empresas.

No espaço de tempo 64/66, temos o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Sob o aspecto do crescimento econômico o PAEG se propôs conduzir a economia à taxa média de elevação do PNB no triênio 1964/64 na ordem de 6%. Esse objetivo encontrou viabilidade nas altas taxas de crescimento da década de 50 e seria implementado basicamente, através da política de incentivos à capitalização que garantisse a taxa de investimento entre 17% e 20% e, através da eliminação do atraso relativo do setor agrícola. O atraso da agricultura a que o PAEG faz referência é entendido no plano como atraso tipicamente estrutural, no sentido de que a oferta agrícola seria inelástica e não corresponderia aos estímulos do mercado.

Neste período, a série de políticas públicas, orienta-se para o conjunto do setor agrário; tais políticas tiveram impactos diferentes no setor exportador e no importador, afetando em graus diferentes os diversos tipos de produtores e regiões do País.

Sem dúvida, o instrumento mais importante foi o do Crédito Agrícola. A lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o Crédito e que teve seu regulamento aprovado, através do decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1969, que define os componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, indicando, como integrantes básicos, o Banco Central da República do Brasil, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

De princípio, todos os Bancos são obrigados a aplicar recursos em Crédito Rural, no mínimo em soma equivalente a 15% do valor do depósito livre do público. Na impossibilidade de aplicação desse volume de recursos, o Banco será obrigado a recolher a importância ao Banco Central do Brasil, para serem repassadas a outros estabelecimentos financeiros. Além dessa fonte, o Conselho Monetário Nacional, poderá destinar recursos para o Crédito Rural, através do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, Fundo Nacional de Reforma Agrária, Fundo Agroindustrial de Reversão, dotação orçamentária, valores que venham insentá-lo dos recolhimentos compulsórios, recursos decorrentes de empréstimos com o exterior, e de outras origens, com atribuição exclusiva para aplicação em Crédito Rural.

Os principais objetivos do Crédito Rural, podem ser, assim, resumidos:

- a) Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais;
- b) Fornecer o custeio oportuno e adequado da produção e comercialização dos produtos agropecuários;
- c) Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente aqueles pequenos e médios;
- d) Incentivar a introdução de métodos racionais de produção.

No entanto, o crédito não foi distribuído de forma equitativa entre o conjunto dos produtores. Foram utilizados basicamente pelos médios e grandes proprietários, ficando os pequenos produtores, especialmente os mais pobres, marginalizados. Isso aparece claramente, quando é considerada a estrutura dos produtos e regiões para onde se dirige o crédito rural. Dessa forma, as terras produtoras de feijão (geralmente cultura de subsistência) se constituem em setores onde o crédito rural menos tem progredido.

Entre os programas do governo, foi o crédito agrícola a que o município reagiu de forma expressiva. Como resultado imediato, a agricultura para o comércio foi intensificada, principalmente a da produção de tomate. A princípio, este crescimento foi devido fundamentalmente, à expansão de terras cultivadas e maior utilização das terras já ocupadas, particularmente pelos minifúndios pertencentes a herdeiros; e,

em seguida, devido à intensificação no uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, utilização feita, muitas vezes, de forma indiscriminada com produtos impróprios para a cultura.

Em Boqueirão, a utilização do crédito vem ocorrendo em sentido diferente àquele preconizado na lei, uma vez que são os produtores mais capitalizados têm acesso ao crédito. Os outros produtores sofrem uma série de entraves burocráticos, bem como, a impossibilidade de atendimento aos requisitos legais (título de domínio, garantias reais, documentos pessoais, etc.) à concessão de crédito, o que leva a maioria dos pequenos produtores a ser marginalizado, quanto aos benefícios deste serviço.

Como elementos obstacularizadores à ampliação dos tomadores de crédito institucional, dentro da categoria dos pequenos produtores, destacam-se, pelo lado dos agentes financeiros, os seguintes casos: a) excessiva burocracia; b) requerimento de garantias reais e pessoais; c) falta de comunicação; d) falta de experiência. Além destes fatores obstaculizadores da parte dos agentes financeiros, fatores inerentes aos pequenos produtores têm concorrido para colocá-los à margem da política creditícia. A tecnologia, atualmente disponível para o pequeno agricultor do semi-árido é de baixa capacidade de absorção de capital, face à grande disponibilidade de mão-de-obra familiar. (A falta de alternativas de produção forçaria, no caso de intensificação de capital as atividades liberadoras de mão-de-obra). Por outro lado, as irregularidades climáticas da região, colocando o patrimônio do agricultor em constante risco, também constitui fator desestimulador à toma

da de crédito rural institucional.

O crescimento industrial, a adoção de tecnologia moderna, provocou liberação de mão-de-obra com o conseqüente aumento do custo social. Ao mesmo tempo, aumentava a disparidade no desenvolvimento regional.

"A crise dos anos 1970, levantou o problema da inconsistência da política desenvolvimentista preconizada nos anos 1950, e aplicada nos anos 1960, demonstrando que os desníveis de desenvolvimento regional, ao invés de diminuírem com o planejamento, aumentaram, e a região se encontra hoje, mais empobrecida, tornando-se necessário adotar solução ou alternativas de solução.

Ao mesmo tempo, no plano nacional, a falência do modelo econômico, baseado na exportação e, ignorando a existência do mercado interno, vem levando o País quase ao desespero, com fortes repercussões no Nordeste. Daí a procura de novas alternativas, de novos caminhos que não quebrem as estruturas existentes, que preservem os interesses dos grupos dominantes e a implantação, na região, de programas como o Polonordeste, o Projeto Seretanejo e o Proálcool. Daí, também, a modernização a custos elevados da indústria açucareira"⁽¹²⁾.

O Programa de Redistribuição de Terras e estímulo à Agro-indústria do Norte e Nordeste - PROTERRA - instituído em 1971, através do Decreto-Lei nº 1.179 de 06.07.1971, obje

[12] ANDRADE, Manuel Correia de - Estado, Capital e Industrialização do Nordeste, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pág. 11.

tivava o seguinte:

a) promover fácil acesso do homem à terra; b) criar melhores condições de empregos; e c) fomentar a agro-indústria.

Os recursos para o PROTERRA têm origem em dotações orçamentárias anuais e plurianuais junto ao Governo Federal, além de recursos oriundos de reservas próprias de seus agentes financeiros.

Previa duas linhas principais de atuação: a implementação de programas de modernização agropecuária e da agroindustrial, através de financiamento a longo prazo e a juros baixos e apoio ao pequeno produtor, minifundista ou desprovido de terras, através da compra ou desapropriação, mediante indenização em dinheiro.

O principal instrumento utilizado pelo Governo para a apropriação das terras seria a de adesão de grandes proprietários nas regiões do brejo da Paraíba, mata e agreste de Pernambuco e em algumas regiões do Ceará, os quais colocariam à disposição do programa, parte de suas terras. Não cumpridas as recomendações, os proprietários seriam desapropriados num prazo de seis meses.

Porém, o PROTERRA se constituiu na principal fonte de crédito rural, ao invés de promover - mesmo de forma restrita - a distribuição de terras no Nordeste. De 1971 a 1977, aproximadamente, metade do crédito rural total do Nor

deste lhe era devido, inclusive para obras de emergência*. Por outro lado, a maior parte desse crédito tem-se orientado para a pecuária (de corte e leiteira) incentivando desta forma a expansão da pecuária na região. Como a pecuária se caracteriza por ser atividade poupadora de mão-de-obra, processa-se a expulsão dos trabalhadores rurais dos estabelecimentos que se pecuarizam.

De forma que originalmente se orientava para a distribuição de terras, passa a dedicar a maior parte de seus recursos e programas de modernização agrícola que terminarão por expulsar a população rural já estabelecida. A fragilidade política dos trabalhadores rurais nordestinos, associada à pressão dos grandes proprietários e a estratégia de incentivar rápida modernização, transformaram o PROTERRA num apêndice dessa política geral que beneficiava a média e a grande propriedade. Na realidade, o aspecto mais original do PROTERRA, apesar de não se ter realizado na prática, foi a tentativa de

* Contra este fato protestou o ex-deputado e atual governador da Paraíba Wilson Braga num memorial encaminhado ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, em 9 de setembro de 1980.

"Para atenuar a crise provocada pelos efeitos da seca e refluir as tensões sociais com absorção, pelos proprietários rurais, dos trabalhadores de empregados e os meios de se alimentarem, seria necessário que se alocassem diretamente aos Bancos oficiais sediados nos Estados... para o atendimento dos projetos estudados e em estudos. Mas que estes recursos seja diretamente destinados à Paraíba e ao Nordeste por conta dos recursos da Emergência e não retirados de outros programas como se faz nestes últimos dias, retirando-os do PROTERRA."

promover uma cama de pequenos proprietários rurais capitalizados no Nordeste.

O Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE - Instituído em 30 de outubro de 1974, através do Decreto nº 74.794, objetivou promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias em áreas prioritárias, capazes de se transformarem em polos de desenvolvimento agrícolas.

Os recursos do POLONORDESTE são oriundos do PIN/ PROTERRA, FDPI - Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - orçamento geral e financiamentos externos.

As características do POLONORDESTE se assemelhaãs dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrados, promovidos pelo Banco Mundial, e de fato, participa no financiamento de alguns de seus projetos. A ação do POLONORDESTE inicialmente, caracterizaria as regiões onde iria atuar, e, depois, através de ação conjunta dos diversos órgãos federais e estaduais que atuam no Nordeste, procurariam criar as condições infra-estruturais, creditícias, assistenciais e de pesquisa, com o objetivo de promover a modernização da agropecuária local.

Observa-se, hoje, que: o POLONORDESTE tem-se transformado em mecanismo de fortalecimento dos médios e grandes produtores estabelecidos, já que oferece melhores condições para se apropriar dos créditos oferecidos e se utilizarem da infra-estrutura, fato agravado pela inexistência de políticas que alterem a estrutura fundiária.

Como não existe no POLONORDESTE orientação clara de apoio ao pequeno produtor, em Boqueirão, o programa tende favorecer a grande propriedade. No entanto, nos últimos anos tem havido aparente modificação na orientação do programa na direção de apoio a certas camadas de médios produtores, em regiões onde se oferece o processo de modernização agropecuária. Ainda assim, seria beneficiar pequena minoria de produtores dentro da faixa de 0 - 50 hectares em função do fortalecimento da produção de produtos alimentícios para o Nordeste.

O Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste - PROJETO SERTANEJO - instituído em 1976, através do Decreto número 78.299, de 23.08.1976, teve implementação efetivamente iniciada em 1977.

Este programa tem como objetivo geral, interferir na zona semi-árida do Nordeste, a fim de tornar a agricultura resistente às secas e explorar suas possibilidades de desenvolvimento. Para suprimento de recursos creditícios, o Conselho Monetário Nacional, em 21.06.77, através da resolução 417, criou o Programa Especial de Crédito Rural do Projeto Sertanejo, com as seguintes condições: a) taxa de juros de 2% a.a.; b) prazos dilatados para financiamento (até 20 anos inclusive 6 de carência); c) linha especial para crédito fundiário e d) condições especiais nas operações cooperativistas.

O projeto se orientaria no sentido de apoiar aqueles setores da região semi-árida que mais sofreriam os efeitos das secas: os pequenos proprietários, os posseiros e arrendatários e os trabalhadores sem terras. O objetivo seria criar núcleos em várias sub-regiões que orientariam os crédi

tos, serviços de distribuição de insumos com o objetivo de mo
dificar o sistema de produção, e fazê-lo mais resistentes às
 secas.

No entanto o projeto intensificou a corrida para
 compras de terras nas regiões onde se implantará com o objetiv
o de criar empresas modernas de produção de algodão, soja e
 pecuária, com créditos do programa, em detrimentos dos peque
nos proprietários que formam maioria, de forma que:

*"...apesar dos anúncios e divulgações, não há, atualmente no Nordeste, sequer uma obra de impor
tância estrutural para a região semi-árida, com vistas à transformação de sua economia, capaz de criar suporte de resistência aos efeitos da seca. Lamentavelmente, os programas destinados ao Nor
deste não estão funcionando convenientemente, ma
xime o Projeto Sertanejo que seria a grande espe
rança dos nordestinos na luta contra os efeitos da seca, mas que se transformou numa miragem, uma vez que os projetos estudados e aprovados pelos núcleos
técnicos, não contam com recursos sufici
entes para sua execução. É a situação é de tal natureza, que beira as raias do absurdo, pois os escritórios do Projeto Sertanejo vem dispendendo com as estruturas físicas e pessoal nele engajado quantia
muito superior aos recursos destinados ao financiamento
de empreendimentos agrícolas que lhes
são vinculados. Assim, gasta-se mais na ati
vidade meios do que na atividade fim" (13)*

Em Boqueirão, o PROJETO SERTANEJO, ainda está em
 fase de implantação, motivo que nos impede de fazer a avalia

(13) BRAGA, Wilson - Memorial, Senado Federal - Centro Gráfico, Brasília, 1980.

ção de sua atuação, embora se perceba a preocupação do dirigente local do projeto, no sentido de que o resultado seja o estímulo à pecuarização da região inclusive em áreas de lavoura.

Finalizando, temos o PROJETO CANAÃ que se constitui na mais recente promessa para a região semi-árida da Paraíba. Foi idealizado com o objetivo de combater os efeitos da seca, de forma que prevê, a construção de pequenos açudes, a perenização dos rios, a perfuração de poços tubulares, a construção de estradas vicinais, distribuição de sementes, assistência técnica, construção de armazéns e distribuição de silos.

No município de Boqueirão, o Governo do Estado através do Projeto Canaã determinou a eletrificação em torno do açude em áreas também de outros municípios como Barra de São Miguel e Cabaceiras quando se prevê o beneficiamento de 97 proprietários rurais. O Programa também prevê a irrigação de 8 Km à jusante do açude no distrito de Vereda Grande. Por está em fase de implantação, também é impossível falar sobre o resultado da atuação do projeto.

1.2 - EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DA LUTA CONTRA AS SECAS

No Brasil, a história revela que nas diversas tentativas que se estabeleceram ante o desafio de condições geoclimáticas difíceis, em que as secas constituem o eixo de todas as preocupações, diversas respostas ocorreram no sentido de gerar processos de adaptação ativa do homem, mediante decisões de aproveitar integralmente os recursos disponíveis.

No período colonial, as medidas para amenizar os efeitos da seca foram sempre paternalistas. Ante os apelos patéticos dos nordestinos, as respostas eram raras remessas de recursos, obtidos de coleta de donativos filantrópicos para salvar da fome extrema, numa atitude de descrença e de defesa. Poderíamos chamar esta fase de humanitarista.

A partir de 1877, quando da grande seca que se prolongou até 1879, "o flagelo climático passou a ser considerado como problema nacional. Reunidos no Rio de Janeiro, no Instituto Politécnico e, após discussões e debates entre competentes engenheiros, foram sugeridos diversos alvitre sobre a construção de açudes, vias férreas, portos marítimos e fluviais, bem assim, serviços para ocupação do povo"⁽¹⁾.

Essas iniciativas geraram o processo de reconhecimento da região do Nordeste, debatendo-se, também, sobre o problema das secas e indagando-se até mesmo a respeito de suas

(1) ANDRADE, Francisco Alves de - Agronomia e Humanismo. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1967, pág. 104.

causas. E, para isso, contrataram técnicos estrangeiros com idéias otimistas que aconselharam a construção de açudes com vistas à irrigação sistemática, a qual iria trazer o deslocamento das populações do sertão árido para os vales irrigados.

Embora houvesse esforço de reconhecimento e prospecção da região, as medidas de emergência do Governo Imperial além de serem absolutamente inadequadas, eram muitas vezes, acompanhadas de atos corruptos. Entre as irregularidades ocorridas tinha particular destaque a má distribuição do socorro pecuniário e gêneros alimentícios, entregues pelo Governo Federal às autoridades estaduais*.

Só no início do presente século, é que se organizaram, definitivamente, os serviços de obras contra as secas, com a criação, em 1909, da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Agora, com o IFOCS, além do reconhecimento do meio geográfico, iniciou-se a preparação de certa infraestrutura. Equipes de estudo palmilham o Nordeste todo, procedendo ao levantamento de dados geológicos e econômicos. Eram

* A título de ilustração, transcrevemos o relato de um contemporâneo:

"Se a seca tem sido uma calamidade, maior calamidade ainda têm sido os socorros. Já pelas somas fabulosas esbanjadas, já pela falta de patriotismo por parte dos administradores desse serviço. Fez-se do socorro público meio de arranjos eleitorais... Estabeleceram-se comissões em todos os pontos do Estado, formados com amigos do Governo, os quais eram entregues somas de dinheiro e grandes quantidades de farinha de mandioca para distribuí-la a seu bel-prazes" (Apud A. O. HIRSCHMAN - Política Econômica na América Latina. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura S/A. 1963, pág. 36).

realizadas por turmas de trabalho que iam construindo açudes, abrindo poços, fazendo estradas, instalando serviços diversos.

Sem possuir recursos para construir obras e fazer face às secas, a população rural acolheu os serviços da IFOCS com grande esperança. Isto se sente, por exemplo, nas palavras de F. A. Andrade:

"O paternalismo republicano em matéria de obras contra às secas vingou e intensificou-se muito mais nessa fase de intervenção e execução de serviços. Não foi possível alcançar ou impor aquela divisão intervencionista que MONTE ARRAES julgava imprescindível; economia de repressão relativa às medidas de emergência nos tempos críticos; economia de previsão referente a medidas mais definitivas ou permanentes. As cidades cresciam enquanto os dinheiros derramados pelos agentes federais nas diversas regiões enriqueciam os comerciantes e, sobretudo, os empreiteiros de obras e fornecedores de materiais para o trabalho em adamento"⁽²⁾.

As atividades da IFOCS foram iniciadas sob a chefia de Arrojado Lisboa, período em que, à frente do País (pela primeira vez na história do Brasil) estava um nordestino: o paraibano Epitácio Pessoa, Presidente da República (1919 a 1922). Este levantou empréstimos bancários para dar apoio financeiro à Inspetoria; propiciou a construção de doze grandes barragens, além de outras consideradas pequenas; estimulou a construção de quilômetros de rodovias, ferrovias e melhoramentos portuários no Nordeste. O Presidente achava que todas es

(2) ANDRADE, Francisco Alves de - Agronomia e Humanismo. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1967, pág. 109.

sas realizações eram elementos interdependentes do mesmo sistema de um plano único; de forma que não podia adiar a realização de qualquer dos componentes mas acreditava que, pelo contrário, devia se realizar, toda a obra o mais rápido possível porque existia suspeita de que o governo seguinte não continuaria naquele empenho, isto é: não lhe daria prosseguimento. A dúvida se concretizou no governo que o sucedeu; no de Artur Bernardes (1922-1926) que, após adiar o trabalho o interrompeu; praticamente, todo o programa parou, sob pretexto de contenção de despesas em seu governo.

Ao analisar a evolução do País durante o governo de Epitácio Pessoa, A. O. HIRSCHMAN, generalizou a situação, afirmando que: "um país com uma área rica e em desenvolvimento e outra pobre estagnante, esta última, tende a transformar-se no filho espúrio do investimento público por um longo período"⁽³⁾.

Durante o governo de Epitácio Pessoa, ocorreu a fase "intervencionista", na qual as despesas com a Inspeção eram, em média, aproximadamente de 15 por cento da receita federal. Pelo contrário, no governo de Artur Bernardes caíram a menos de um por cento. Posteriormente, no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) voltaram a subir, atingindo a quase 10 por cento.

Até então, a luta contra os problemas do Nordeste limitava-se à tentativa de combater as secas. A preocupação

(3) HIRSCHMAN, A. O. - Política Econômica na América Latina, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S/A, 1963, pág. 49.

Única era a de constituir açudes e reservatórios de água. Com esta conclusão, começou-se a perceber que os benefícios não seriam, de modo algum equitativamente distribuídos, a menos que as relações de propriedade e de trabalho existentes, fossem substancialmente modificadas, com eliminação dos benefícios desproporcionais de alguns*. Assim, a IFOCS viu-se ante novo problema: o da consecução de condições capazes de permitir melhor utilização dos potenciais dessas obras, bem como da distribuição mais justa de seus benefícios.

Foi nesse período que se iniciou, dentro da IFOCS, nova fase, depois daquelas de "humanitarismo", de "reconhecimento" e de "intervenção"; com os anos trinta, entramos numa de de "diferenciação".

É no contexto desta fase que a IFOCS recebe, em 1945, sua denominação atual: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) transformado em Artarquia Federal pe

* Como dizia Arrojado Lisboa, que advogava pela solução em série:

"No meu tirocínio de chefe dos serviços, tive auxiliares mais teóricos do que práticos que insistiram fortemente para dar início aos trabalhos de irrigação de canais, no mero intuito de organizar projetos. Conhecendo-lhes a intuição, opus-me manso, mas tenazmente aos seus desejos.

Primordial é satisfazer as aspirações imediatas do Nordeste; a irrigação por meio de canais virá como consequência inevitável. a seu tempo se tornará uma extrema necessidade política". (In A. O. IRSCHMAN, - Política Econômica na América Latina. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura S/A, 1963, pág. 57).

la lei 4.229 de 01/06/1963, e depois vinculado ao Ministério do Interior pelo Decreto-Lei nº 200 de 27/02/1967.

Celso Furtado, em 1959, autor de renomado documento analítico, conhecido como "Estudo de GTDN" assinalou os seguintes efeitos diferenciais:

- a) A seca em si própria não afeta todas as partes de economia do sertão por igual. Dividindo esta economia em três setores principais: 1) criação de gado, 2) cultivo de algodão mocô e outras plantas xerófilas e industriais, bem como colheitas que representam dinheiro vivo, e, 3) lavouras de subsistência. Verifica-se que os efeitos de seca, afetam mais ao último setor do que aos dois primeiros. Assim, atingem, realmente, ao pequeno proprietário, o parceiro e o trabalhador rural aos seus meios de vida, enquanto deixam o próspero proprietário de rebanhos, de plantações de algodão ou de carnaúba relativamente intato.
- b) Da mesma forma, os reservatórios, enquanto não resultarem em maior produção alimentar em suas bacias de irrigação, têm sua utilidade primordial em manter o gado vivo durante os períodos de seca. Desse modo, reforçam em vez de neutralizar, o impacto diferencial da natureza sobre as três principais atividades.
- c) Finalmente, os grandes dispêndios governamentais em obras públicas durante a seca, em barragens e

outras obras, têm efeito de reter na área a população que, de outra forma, estaria fadada a emigrar. Assim, asseguram suprimento de mão-de-obra farta aos grandes proprietários de terras em anos normais, e impedem a introdução de capital ou métodos racionais, orientados através de pesquisa, na criação de gado e no cultivo de algodão e outras operações⁽⁴⁾.

Aqui, já fica claro, que a problemática "Nordeste" sai das estreitas fronteiras a que estava restringida, quando seus males se limitavam à seca. Esta nova ótica vai marcar todas as fases posteriores.

Na tentativa de alcançar mais uma etapa nos moldes "Arrojado Lisboa", o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, enviou ao Congresso, em 1959, uma mensagem de apoio à lei de irrigação que dizia:

"...O grande esforço realizado no passado e intensificado nos três últimos anos, para dotar o Nordeste de um sistema de barragens... deve ser agora complementado por um trabalho de aproveitamento das águas represadas. O que se fez até o presente, foi da mais alta importância para o Nordeste. Contudo, falharíamos nos autênticos objetivos da política de obras contra as secas, em que estamos empenhados há meio século, se não chegássemos a completar esse esforço de acumulação de águas com critério econômico e social"⁽⁵⁾.

(4) Apud Alberto D. HIRSCHMAN - Política Econômica na América Latina, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1963, pág. 60.

(5) Idem, pág. 61

Mais uma vez, a tentativa de dar continuidade às obras de assistência ao Nordeste, através de açudagem e da irrigação não teve apoio do Congresso. Desta forma, a IFOCS, transformada desde 1945 em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) que havia sido a esperança dos nordestinos, estava agora em total descrédito.

As secas se repetiam sem misericórdia, e, com elas, os flagelos e os já tradicionais serviços de emergência do governo, que, se por um lado não resolviam mais que em parcela mínima os problemas da maioria dos nordestinos, por outro lado não deixavam de beneficiar como até hoje, aos latifundiários e seus aliados, os políticos.

1.3 - ÁREA DE ESTUDO

Boqueirão (com área de 1.257 Km²) sobre o planalto da Borborema, e o 3º município colocado em extensão territorial no Estado, situa-se na micro-região homogênea (208 Cariris Velhos) em latitude de 7º 28'04'' e longitude de 36º 7' 12''. O município compreende os seguintes limites: Campina Grande, Queimadas, Aroeiras, Umbuzeiros, Cabaceiras, Barra de São Miguel, Surubim (Pe) e Taquaritinga (Pe). (ver mapa 1)

Clima quente e seco, com máximas de 37º e mínimas de 16º.

Com relação à estrutura fundiária (ver quadro 1) Boqueirão caracteriza-se pela predominância do minifúndio⁽¹⁾ que, muitas vezes, abriga mais de uma família. As propriedades de maior dimensão são aquelas destinadas à pecuária, entretanto, considerando a classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não chega a ser considerada latifúndio⁽²⁾ embora 5% delas seja considerada Empresa Rural⁽³⁾.

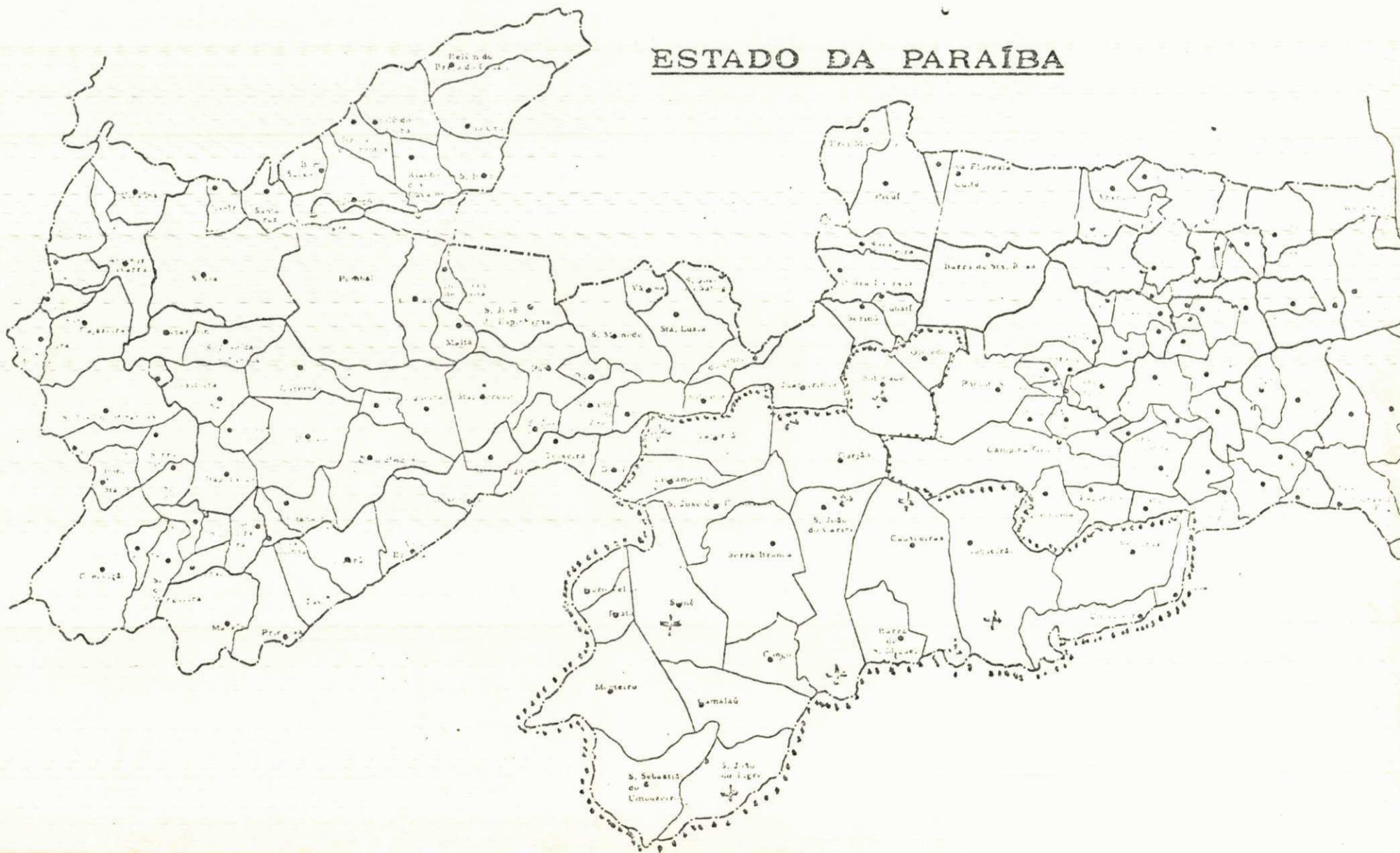
(1) Minifúndio - quando o imóvel tiver o número de hectares inferior a um módulo.

(2) Latifúndio - (por extensão) - superior a 600 módulos.
(por exploração) - entre 1 a 60 módulos.

(3) Empresa Rural - entre um e 600 módulos mas que seja explorado mais de 70% do imóvel e tenha boa produtividade.

Módulo - é a unidade criada pelo Estatuto da Terra (decretado em 1964 pelo Presidente Castelo Branco) permitindo a comparação das dimensões dos imóveis rurais nas diferentes regiões do País, em função de suas possibilidades de produção. Em Boqueirão essa unidade corresponde a 30 hectares.

ESTADO DA PARAÍBA



QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA DE BOQUEIRÃO - 1978

ESTRATO DE ÁREA (ha)	IMÓVEIS		ÁREA	
	Número	%	Hectares	%
Menos de 10	453	26,5	2.413,8	2,2
10 a menos de 100	1.006	58,8	35.910,9	32,1
100 a menos de 1000	239	14,00	49.691,0	44,5
1000 a menos de 5000	12	0,7	23.703,1	11,2
Mais de 5000	-	-	-	-

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS - (CADASTRO DE 1979).

A produção do município (ver quadro 2) é constituída predominantemente de lavoura temporária*, principalmente as que são destinadas à subsistência do camponês e que não care

* Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Áreas de lavouras temporárias - consideram-se nesta categoria as áreas ocupadas e as que estão em preparo ou destinadas ao plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor de um ano) e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita, tais como: arroz, algodão, milho, trigo, hortaliças, etc. Incluem-se, também, nesta categoria as áreas de plantas forrageiras destinadas ao corte e aquelas habitualmente utilizadas para plantio de lavouras temporárias, mas que, devido a fatores climáticos (seca, chuvas em demasia, etc.) na data do censo não estavam sendo utilizadas para aquelas modalidades.

cem de grande inversão de capital, com exceção do tomate. Para a escolha das culturas permanentes, o critério utilizado é, também, a menor inversão de capital**.

QUADRO 2 - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO - 1979

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA ha	QUANTIDADE PRODUZIDA T	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)	VALOR 1.000
<u>Culturas Temporárias:</u>				
Algodão Herbáceo (em caroço)	175	126	107	2.016
Batata doce	100	200	2.000	400
Fava (em grão)	1.300	78	60	78
Feijão (em grão)	1.300	62	47	1.147
Milho (em grão)	2.600	390	150	2.340
Tomate	315	13.732	43.597	137.320
<u>Culturas Permanentes:</u>				
Algodão arbóreo (caroço)	1.008	114	113	2.166
Banana	20	24	1.200	1.200
Côco da Bahia	2	8	4.000	40
Sisal ou agave (em fibras secas)	1.000	320	320	3.680

FONTE: Produção Agrícola Municipal - IBGE - 1979 - Volume 6

** Áreas de lavouras permanentes - nesta categoria foram consideradas as áreas ocupadas ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, como: café, laranja, cacau, banana, uva, etc. que, após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos. Inclui-se, áreas ocupadas com viveiro de mudas de culturas permanentes, bem como áreas plantadas como seringueira, erva-mate e palmito.

1.4 - CRITÉRIOS DE ESCOLHA

A escolha do açude deste município para efetivação do presente trabalho, foi devido a uma série de fatores.

Considere-se, primeiramente, o contingente populacional. Boqueirão conta, atualmente (segundo dados do censo de 1980) com população de 30.624 habitantes. Entre os 171 municípios que compõem o Estado da Paraíba, Boqueirão ocupa 13º lugar quanto ao número de habitantes (ver anexo 1) e 1º lugar entre os municípios da micro região homogênea 208 (ver anexo 2). Da população economicamente ativa, 60% encontra-se ocupada na zona rural.

O segundo fator diz respeito à importância do município como produtor e exportador de produtos agrícolas, das as condições do solo e do clima que propiciam produtos de excelente qualidade.

Como terceiro fator, considere-se a capacidade de acumulação do açude ($535.680m^3$) que banha um percurso de $46Km^2$ de terras, considerando, apenas, as que margeiam as águas represadas.

Como quarto fator, a grande demanda por parte dos trabalhadores por lotes situados na área do DNOCS, com o objetivo de arrendá-los.

Finalmente, a própria localização do município que o favorece em termos de comunicação e escoamento da produção para os principais centros consumidores. O município dispõe da rodovia federal asfaltada que é a BR 104.

1.5 - RELEVÂNCIA DO TEMA

A atuação do DNOCS como órgão encarregado de promover o desenvolvimento regional, deve ser avaliada, levando-se em consideração dois níveis: o dos dados obtidos da análise da atuação direta e os alcançados pela observação dos efeitos colaterais ou indiretos.

Considerando os resultados obtidos pela ação direta do DNOCS, podemos avaliar a atuação do DNOCS, a partir das realizações dos principais programas de desenvolvimento, como: Irrigação, Piscicultura e Agricultura de Vazante. Cada um desses programas pode se constituir em matéria de pesquisa, visando fazer um balanço de ação do Estado através do DNOCS.

A inexistência de programas de irrigação e/ou de piscicultura em Boqueirão, dificulta uma análise bem mais precisa dos resultados da ação do DNOCS na região, impedindo mesmo a apreciação comparativa do açude Epitácio Pessoa com outros cujos perímetros forem irrigados e/ou dispunham de programas de piscicultura.

Por outra parte, o objetivo principal da construção do açude era o do abastecimento d'água de Campina Grande, muito embora com a construção da represa, criarem-se objetivos indiretos que podem ser visualizados na cultura de vazante.

A construção do açude, propiciou o surgimento de culturas destinadas ao mercado que apresentam características

antes não observadas, como irrigação e utilização intensiva de insumos. Daí, que novas categorias de produtores surgiram, assumindo características diferentes das existentes anteriormente e, também diferentes entre si, quais sejam: arrendatários do DNOCS, arrendatários particulares, antigos e novos proprietários na área do açude.

A produção para o mercado passou a ser constituída por produtos hortifrutigranjeiros. A cultura que predomina é a do tomate que é realizada em cerca de 95% dos casos por arrendatários particulares, isto é, pessoas que arrendam aos proprietários, as terras que margeiam o açude. Ao mesmo tempo, o açude permitiu manter as culturas de subsistência, as quais são praticadas pelos arrendatários do DNOCS, utilizando mão-de-obra familiar, sem o uso da irrigação nem de insumos. Quanto aos proprietários que não foram indenizados e que conseguiram permanecer em terras de sua propriedade (que as águas não cobriram) permanecem na terra, alguns utilizando-a predominantemente para a pecuária e para arrendamento, outros vendendo-a para terceiros que a utilizam também para lazer e especulação.

A forma de utilização da mão-de-obra, também sofreu transformação, observando-se o crescimento do número de assalariados; é o caso do surgimento da mão-de-obra assalariada temporariamente.

Assim, este trabalho se prenderá em boa medida, a fatores relacionados com a cultura de vazante por ser a atividade econômica que vem predominando na região, após a construção do açude e pela extrema importância da produção de alimentos.

1.6 - OBJETIVOS

1.6.1 - OBJETIVO GERAL

Analisar e fazer balanço dos resultados obtidos pelo Estado, através do DNOCS, no desenvolvimento do município de Boqueirão identificando os efeitos sócio-econômicos de correntes de sua atuação sobre seus beneficiários, é nosso objetivo.

1.6.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Fazer uma análise acerca do sistema produtivo, de comercialização e utilização de mão-de-obra dos arrendatários e dos pequenos proprietários da área de vazante do açude de Boqueirão, avaliando seus resultados econômicos.
- b) Avaliar a atual política do DNOCS e a atuação da EMATER e do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS no município, dando especial atenção aos pequenos arrendatários.
- c) Obter elementos que sirvam de subsídios para o estabelecimento da política mais adequada, visando o desenvolvimento da região.

1.7 - MARCO TEÓRICO

Dada a natureza deste trabalho que pretende analisar os resultados da ação do Estado no desenvolvimento regional, utilizando o estudo de caso particular como fonte de subsídio para reflexões mais abrangentes, não podemos isolar os planos de desenvolvimento do contexto sócio-econômico vigente. E isto que, em última análise, vai determinar o caráter e os resultados dos planos realmente aplicados.

Na intenção de evidenciar melhor o método escolhido nesse trabalho para atingir os objetivos desejados, faremos algumas observações a respeito do que tem constituído, de modo geral, o desenvolvimento regional.

Em países capitalistas, o planejamento* pode ser feito em diversos níveis, abrangendo, apenas, parte ou totalidade da economia.

O planejamento global procura partir da visão de conjunto para abordar o desenvolvimento da economia como um todo, fixando objetivos a atingir e, procurando assegurar as devidas condições e proporções para a reprodução (ampliada) do sistema. Esse programa pode limitar-se a alguns setores estratégicos da economia, como é o caso de investimentos em

* Por planejamento se entende a simples programação (cumprimento não obrigatório) de atividades e metas, as quais desde determinado ponto de vista são estimadas como as mais adequadas. Por seu caráter não compulsório é conhecido como o "planejamento indicativo". Para o Nordeste, comprometido, assim mesmo, à designação de "planejamento negociativo", a realidade depende grandemente de negociação e das conveniências das partes envolvidas.

infra-estruturas com transportes, energia, educação, saúde, etc.

O planejamento pode, também, se referir a regiões econômicas sem estar inserido diretamente num esquema para a economia como um todo sendo feito com objetivos específicos como o de industrializar uma região, de desenvolver uma bacia fluvial, ou incrementar a agricultura regional, etc. É o planejamento regional.

Se o planejamento pode ser feito em partes ou na totalidade, as conseqüências não vêm em separado, principalmente no que concerne à indústria e a agricultura. Os defensores da empresa agrária capitalista elaboram seus argumentos, aproximadamente, da seguinte maneira:

"... o País necessita acelerar sua taxa de industrialização, o que significa aumentar as importações de equipamentos de produção, de capitais, de tecnologia, etc. Tudo isso deve ser pago de alguma maneira; uma das formas mais importantes de fazê-lo, consiste na exportação de produtos agrícolas. Em conseqüência, há que acrescentar os volumes de produção e melhorar a eficiência do sistema produtivo, posto que, há de enfrentar-se como dura concorrência no mercado mundial. Nisto consiste a função principal, ainda que não a única, dos entraves criados pelos projetos regionais independente do que diga a retórica oficial. O aumento constante da produção exportável, a segurança do abastecimento dos clientes estrangeiros e a máxima eficiência na produção, são condições que se impõem fora de um marco bem mais amplo do que o projeto regional"⁽¹⁾.

(1) PALERM, Angel - Ensayo de Crítica del Desarrollo Regional en México. In David Barkun (org.) Los Beneficiários del Desarrollo Regional. México, Sep Setentas, 1972.

Por outro lado, em nome da maior produtividade, no Brasil, os projetos regionais (principalmente nos últimos 30 anos) têm favorecido a grande empresa com substancial estímulo à mecanização.

Entretanto, não são os recursos de capital escasseiam mas também as terras cultiváveis. A grande empresa capitalista, ao expulsar a população trabalhadora rural, ao substituir a mão-de-obra por máquinas, ao menosprezar a agricultura voltada para os alimentos substituindo-a por cultivos industrializáveis, olvidando o mercado nacional em busca do estrangeiro, aumenta disparidades não são econômicas, mas também e, principalmente sociais. Por outro lado:

"O modelo de expansão industrial, nos últimos 15 anos, apoiou-se, justamente, na produção de artigos de consumo duráveis e de luxo, destinados aos estreitos círculos de renda média e alta. Os estratos inferiores, excluídos desse mercado de consumo, pagaram, não obstante, alto preço. A deterioração das condições de vida da maioria da população trabalhadora acentuou-se, enquanto a economia do País crescia a significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado de o "milagre brasileiro"⁽²⁾.

Com a expansão capitalista na agricultura, surge a tendência à dissociação entre os produtores diretos e os meios de produção com os quais trabalham.

(2) SÃO PAULO 1975 - Crescimento e Pobreza - Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, São Paulo, Edições Loyola, p. 59.

Quando se planeja o desenvolvimento particular de uma região, de modo geral, pretende-se reduzir disparidades existentes como diferenças de renda entre pessoas e regiões. No Brasil, isto não se conseguiu satisfatoriamente. As causas desse fracasso muitas vezes têm sido atribuídas a falhas técnicas, porém o que observamos é que a verdadeira e principal motivação do centro, não é o desenvolvimento das regiões do Nordeste, exceto quando o desenvolvimento venha a significar maiores possibilidades de acumulação de capital e de exploração por parte do centro.

Como foi o caso da revolução na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, a "acumulação originária do capital" que permitiu a ulterior expansão industrial, teve como fontes principais a agricultura nacional e o comércio internacional. (Que é outra maneira de dizer, também: a agricultura das colônias da época) Sem embargo, os primeiros resultados negativos e de maior importância da revolução industrial sobre o campo, não se expressaram apenas sensivelmente em mero aumento no grau de exploração econômica. A secular organização agrária inglesa foi destruída ao longo de um período relativamente breve, que vai desde a promulgação das "leis de cercamento", ao completo triunfo do livre-cambismo. Na Inglaterra, os camponeses em grande número, foram forçados a abandonar a agricultura e marchar para a cidade para se empregarem na produção manufatureira capitalista ou se integrarem ao chamado "exército industrial de reserva"; a terra foi, progressivamente, dedicada a produzir matérias primas para a indústria em expansão; sã as melhores terras foram destinadas às cultu

ras comerciais. Esse processo de desapropriação tem se repetido em vários países. Porém, em todos encontramos sempre a mesma série de fatos básicos: a realização de acumulação prévia ou o desenvolvimento do capital, a partir da agricultura; a destruição da organização agrária tradicional; o incremento dos níveis de exploração no campo; a incorporação sem misericórdia dos camponeses como assalariados nas culturas comerciais ou nos estabelecimentos manufatureiros, todos estes fatos, transformados em elegantes modelos de formação de fluxos de capital e de trabalho. O modelo ignora, entretanto, não são as desigualdades sociais, os sofrimentos humanos, mas também a maneira em que o funcionamento é possível, a partir da realidade do poder ficar concentrado nas cidades e o conseqüente fenômeno do domínio exercido sobre os camponeses.

Neste aspecto é fundamental o papel desempenhado pelo Estado como órgão controlador e disciplinador da atividade agrícola. Desde o acesso e regulamentação à propriedade legal da terra, até às políticas de crédito: preço mínimo, incentivos fiscais, assistência técnica, etc. Assim, é do Estado e seus agentes e intermediários que a população rural depende essencial e crescentemente. No entanto:

"a ação do Estado nesse contexto, orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo, liderado pela agro-indústria de insumos e processamento de matéria-prima, ao mesmo tempo em que mantém seu papel de estabilizador entre as necessidades do mercado interno e a pressão do mercado externo, e de gerador das condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor"⁽³⁾

(3) SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, pág. 69.

Assim sendo, é a partir do tipo e do nível de vinculação que indivíduos estabelecem com o aparelho estatal (em suas diversas formas e manifestações) diferentes graus de êxito que podem ser alcançados por diferentes grupos sociais. Um grupo tende a exercer capacidade manipuladora acentuada se revela e se reforça, sobretudo, em vista do fato de que políticas e práticas, emanadas dos centros de decisões, não poucas vezes pressupõem de sua clientela, obrigações, níveis de informação, habilidades técnicas e econômicas de que são capazes, apenas, segmentos extremamente limitados da população.

Nas últimas décadas, o processo de transformação das relações de produção na agricultura brasileira, tem propiciado aumento cada vez maior da concentração fundiária nas áreas mais propícias à agricultura para comercialização. Isto significa que aumenta a escassez relativa de terras nas mãos de pequenos proprietários, o que, por sua vez, empurra a força de trabalho para o latifúndio e a empresa rural, que possibilitam e criam de fato, reserva de mão-de-obra propensa à maior exploração. Este é o caso de alguns proprietários que estão concentrando a terra, através da compra de pequenas propriedades e de outros novos proprietários, que se têm estabelecido nas áreas do DNOCS, estimulados pela especulação imobiliária, aliada às dificuldades encontradas pelos pequenos produtores, o que tem propiciado crescente utilização da área para atividades de lazer e pecuária extensiva.

Assim, a simples criação de um açude não muda a estrutura de relações de trabalho (nem sempre capitalista) onde produtores, parceiros, rendeiros e pequenos pro

prietários, arcam com todos os riscos do empreendimento agrícola.

Para solucionar ou pelo menos minorar os efeitos da seca do Nordeste, sã açudagem não é suficiente (como afirmam cada vez mais autores e como testemunham os fatos) mas, nem por isso, deixa de ser importante determinar e analisar a atuação passada e presente do DNOCS no Nordeste e, obviamente, as transformações sôcio-econômicas ocorridas nas áreas de sua atuação e realizações.

CAPITULO II

2. METODO DE TRABALHO

Neste capítulo se apresenta o instrumental teórico utilizado para alcance dos objetivos propostos.

2.1 - FONTE DE DADOS

Os dados básicos para o trabalho foram coletados na própria área de estudo. Os dados primários foram coletados por amostragem, utilizando-se questionários com perguntas abertas e fechadas que foram preenchidos em entrevista direta e individual com arrendatários e pequenos proprietários, empregando-se questionários diferentes para cada categoria. Os dados complementares, também necessários ao estudo, são secundários e foram coletados no IBGE, sobre o município, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais acerca do número de associados, no DNOCS, a respeito dos antigos proprietários desapropriados, área arrendada, atuais arrendatários e tipo de assistência oferecida pelo DNOCS.

O prosseguimento seguido para atingir os objetivos esboçados, consistiu em observar, sistematicamente, a evolução de determinados indicadores considerados como decisivos, através da história recente de Boqueirão. A avaliação das modificações experimentadas principalmente em relação às propostas governamentais constituir-se-ão a base firme para extrair as devidas conclusões.

Serão observados como principais indicadores:

- a) a estrutura fundiária de propriedade e de uso da terra;
- b) a evolução das relações de trabalho na região, porém dando ênfase à situação atual;
- c) o papel das instituições envolvidas.

Este desenvolvimento foi observado segundo diversos posicionamentos teóricos, que são, em parte, resultado de apreciações pessoais e, principalmente, fruto do estudo da literatura que de uma forma ou de outra apresenta relação com o caso.

2.2 - SELEÇÃO DA AMOSTRA

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos problemas enfrentados pelos pequenos produtores, consideramos dois grupos: o dos arrendatários e o dos pequenos proprietários. O grupo dos arrendatários subdividimos em dois grupos, quais sejam: arrendatários do DNOCS e arrendatários particulares; o grupo de pequenos proprietários, dividimo-los em dois sub-grupos: o dos pequenos proprietários com área de 35 hectares, que produzem para sua sobrevivência usando predominantemente, a força familiar; e dos pequenos proprietários com área até 100 hectares, que não produzem para sobrevivência e utilizam quase que exclusivamente o trabalho assalariado.

A população considerada neste estudo está composta de 423 agricultores: 219 arrendatários, localizados na área indenizada do açude; 160 arrendatários localizados às margens do açude Epitácio Pessoa nas faixas secas e úmida não indenizadas.

Para determinação da amostra da população localizada nas áreas indenizadas e arrendadas, foi adotado o critério de 50 unidades (mais 2% da população) o que resultou em 57 agricultores que foram escolhidos aleatoriamente*.

Para determinação da amostra de cada estrato considerado, utilizou-se o método da DETERMINAÇÃO PROPORCIONAL⁽¹⁾ por número de agricultores para estrato conforme expressa o quadro abaixo.

ESTRATO DE ÁREA	IMÓVEIS (Nº)	Nº DE PESSOAS	% DE PESSOAS
Menos de 10	367	55	15
10 a menos de 20	12	2	16
TOTAL	379	57	15,5

Devido ao número pequeno de agricultores proprietários (44) que ficam localizados na área não indenizada, foi considerada para efeito de estudo, toda a população. Desse forma a amostra utilizada neste trabalho é constituída por um total de 101 produtores.

* Segundo Tompkim, quando a população é menor que cinco mil unidades, pode-se tomar como tamanho mínimo da amostra 50 observações mais 2% da população. Tompkim, pág. 253.

(1) TOMPKIM, J. R. - Estatística e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais Rurais. Piracicaba, ESALQ/USP. 1967. 2V.

CAPITULO III

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 - ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

Neste item, focalizaremos as categorias de trabalhadores anteriormente citadas, analisando-as no que concerne à produção, comercialização, tipos de relações de trabalho, finalizando com considerações sobre os resultados econômicos das categorias em estudo.

3.1.1 - Considerações Gerais

O grupo dos arrendatários do DNOCS em Boqueirão, é formado por pessoas nascidas no próprio município (84%) e municípios vizinhos (16%). Os arrendatários naturais do município, em sua maioria (86%) são filhos de trabalhadores sem terra, que, no período que antecedeu a construção do açude, trabalhavam nas propriedades onde hoje ele se localiza.

Com a construção, a indenização das terras e a extinção das principais propriedades, os trabalhadores foram obrigados a migrarem, e os que ficaram foram, pouco a pouco, se acomodando em outras propriedades e em terras que arrendavam ao DNOCS.

Hoje, passados quase um quarto de século da inauguração do açude, as condições de vida destes produtores sem terra, em essência, continua a mesma, e em termos relativos,

piorou em alguns aspectos, desde que continuam apenas produ_{zindo} para subsistência, utilizando intensivamente a mão-de-obra familiar e não se beneficiam dos programas implantados pelo governo.

De modo geral, as características que norteiam os arrendatários do DNOCS são as seguintes:

No que diz respeito à forma de acesso à terra, a mais utilizada pelos arrendatários é a do contrato direto entre produtor e DNOCS; apenas 7% atuam através de terceiros, isto é, sub-arrendam o lote.

Entre os arrendatários, 86% moram no local de trabalho, em habitações feitas de taipa (88%) e de palha (12%). De acordo com o regulamento do DNOCS, é proibida a construção de moradia feita à base de tijolo na área indenizada de propriedade do DNOCS; daí a inexistência de casas, senão as de taipa.

Observou-se que a maioria (88%) dos filhos adultos dos arrendatários moram em outras regiões, principalmente Sudeste e Sul. Os motivos do afastamento variam; se forem do sexo masculino, o motivo é a busca de melhores condições de trabalho, mas se forem do sexo feminino, o motivo é o casamento, o que, em última instância, tem esse afastamento determinado pelas condições precárias do cônjuge.

Quanto ao nível de escolaridade, podemos considerar baixo, haja vista que, apenas 25% sabem ler. Quanto aos filhos, apenas 42% dos que estão em idade escolar, estão frequentando escola. A razão desse percentual baixo, deve-se à

falta de condições dos pais em comprar material escolar e, principalmente, por precisarem dos filhos no trabalho do campo.

No que tange à vinculação na Instituição de Previdência Social, chega a 87% o percentual dos arrendatários beneficiados; esse total está distribuído entre o INAMPS (53%) e o FUNRURAL (47%). Além dessas, não existe outra instituição assistencial, de forma que, 13% dos arrendatários não estão vinculados a nenhuma instituição.

Segundo declaração dos arrendatários, o fato se justifica pela falta de recursos financeiros que possibilitam a locomoção das mais diversas distâncias e os gastos que a tramitação exige, aliada ao desconhecimento das formas de acesso àquelas instituições.

Em relação ao associativismo, nenhum arrendatário é sócio da cooperativa local; no entanto, 76% são sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, muito embora desconheçam suas verdadeiras atribuições. Todos os entrevistados demonstram confiança na atuação do Sindicato, certos de que a obterão, se, porventura, um dia precisarem dele. Esse desconhecimento em relação à atuação do Sindicato faz com que dêem destaque apenas ao atendimento dentário.

O grupo dos arrendatários particulares é formado por pessoas nascidas no próprio município (42%) e em municípios vizinhos (58%). São responsáveis pela produção da principal cultura para o mercado na região: o tomate.

O tipo de produto, a aceitação do mercado e as

condições favoráveis de obtenção de crédito, constituíram estímulo suficiente para fazer com que pessoas que estavam estabelecidas em outros ramos, se voltassem para a agricultura. E, como a cultura do tomate exigia do produtor certo grau de conhecimento do processo produtivo e de comercialização, foram estas pessoas, acostumadas com o comércio, as que melhor aproveitaram a oportunidade de obtenção de lucros, mesmo sem possuírem terras.

De forma que, parte dos arrendatários (45%) dedica-se a outras atividades na cidade, predominando, entre elas, as atividades relacionadas com o comércio; entretanto é, entre estes produtores, que se observa a tendência mais acentuada de abandonarem a cultura do tomate e logo que apareçam os primeiros sinais de insucesso financeiro, agindo diferentemente dos que se dedicam àquela cultura com exclusividade.

O fato de utilizarem toda a área para a produção, impede que os arrendatários morem na terra onde trabalham, de maneira que residem na cidade ou em pequenos sítios de propriedade da família.

As casas são construídas com tijolos e, de modo geral, são bem servidas no que concerne a eletrodomésticos.

Quanto ao nível de escolaridade pode ser considerado bom, haja vista todos serem alfabetizados, assim como os filhos, que estudam e frequentam desde escolas particulares às universidades.

Os pequenos proprietários são, em sua maioria, naturais do município de Boqueirão.

O nível de escolaridade é superior ao dos arrendatários do DNOCS é semelhante ao dos arrendatários particulares, principalmente, encontrados na faixa etária mais jovem.

No que tange ao associativismo, 72% dos pequenos proprietários, são sócios da Cooperativa Agrícola do município; no entanto, percebe-se descontentamento generalizado com a atuação da cooperativa, seja pela falta de arrojo que possibilitasse iniciativa e, propiciasse melhores condições de produção aos associados, seja pela falta de mentalidade que melhor condissesse com os princípios cooperativistas e, finalmente, pela quantidade de produtos destinados à produção, oferecida aos plantadores.

Do total de pequenos proprietários, 72% são sócios do Sindicato Patronal, e 28% sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dado o desconhecimento das verdadeiras funções do Sindicato e da condição financeira relativamente superior dos pequenos proprietários, assim como melhor nível de instrução do associado do Sindicato Patronal, percebe-se certa morosidade na atuação deste Sindicato em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quanto à vinculação à Instituição de Previdência Social, chega a 92% o percentual dos proprietários vinculados; o restante deles está, com processo em fase de tramitação. Como a propriedade é particular, trabalham os donos e os filhos, ficando impossível informar com exatidão o percentual de pessoas vinculadas ao INAMPS, FUNRURAL, assim como, a outras instituições,

Hã, sem dũvida, diferençã entre o arrendatãrio particular e o pequeno proprietãrio no que diz respeito ã relação que ambos mantêm com a terra, devendo o arrendatãrio pagar renda por terra que nã lhe pertence; no entanto, dada a situação de precariedade em que se encontram os pequenos produtores, nã se apresentam, ao nĩvel dos fatos, diferençã entre eles.

Os produtores proprietãrios, apresentam no primeiro sub-grupo, predominãncia da pecuãria e produçã de subsistẽncia, embora, eventualmente, produzam tomate tambẽ para o mercado.

Possuem autonomia em seu processo produtivo, pois desenvolvem-na por meios de produçã prõprios ou oriundos de emprẽstimos bancãrios. Sua produçã ã pequena, tanto pela ã rea quanto pelo valor. Por outro lado, sã os que utilizam mais intensivamente a terra, mas, muito mais, como fruto da extrema intensificaçã do trabalho e, nã, de maior capitalização.

Este sub-grupo ã formado por antigos proprietãrios que antes da construçã do açude tambẽ se preocupavam com o auto-abastecimento, procurando nas exĩguas ãreas de que dispunham plantar algumas "covas de roças" - macacheira e mandioca, um pouco de milho, sempre associado ao feijã e ã fava, e criar alguns animais. Estes eram representados por uma vaca leiteira ou um garrote, criados presos, na corda. A vaca destina-se ao fornecimento de leite ã famĩlia e ã obtençã de crias que, ao serem apartados, eram vendidas, visando ã aqui

ras de gado, com um ou dois anos de idade, e passava a ser en gordado para ser vendido quando reformasse. Estes, gordos, alcançavam melhores preços para o abate do gado comum cevado em cercado. Era muito freqüente, também, cada família criar dois ou três porcos, prevendo, com a venda, (no fim do ano) a tender aos costumeiros gastos extraordinários.

A criação do gado era de importância fundamental, porque além da extração do produto animal, o gado se consti tuia numa reserva que podia ser acionada, quando a possibili dade de compra de terra se apresentava.

Hoje, com a valorização das terras no município, este mecanismo não é mais utilizado. No entanto existem ou tros mecanismos como empréstimos bancários, que permitem o a cesso à compra de terra, utilizados com freqüência maior do que a anterior, embora conservem a mesma relutância porque o pagamento exige cálculo a longo prazo, o que implica na possi bilidade boa ou má da previsão das colheitas futuras.

A criação de gado soma-se à agricultura como for ma de obtenção de renda que garanta o consumo doméstico neces sário e permite a reprodução das condições sociais de produ ção. Entretanto, além disso, essa manutenção do gado, preen che, ainda, a função de reserva para a agricultura, ou mesmo, em muitos casos, proporciona apenas, renda insuficiente para o consumo necessário, mas pode garantir o abastecimento da ca sa em ocasiões difíceis ou a realização de despesas eventuais particularmente grandes, como em caso de doença.

A propriedade, com escassez do fator terra, loca

liza-se geralmente em áreas mais pobres sã com recursos naturais, como nutriente do solo; alã disto existe o problema da topografia desfavorãvel da regiãõ, predispondo-a ã erosãõ. A crescente-se a isso a localizaçãõ em relaçaõ aos centros consumidores. Estes fatores, que, em princãpio, dificultam a adoçaõ de tecnologia moderna e levam ã baixa produtividade, encontram-se associados ã escassez de recursos monetãrios.

Por outro lado, as propriedades tendiam a ficar cada vez menores, principalmente no caso de herdeiros, o que tornava ainda mais difãcil a prãpria subsistãncia familiar, alã de aumentar a densidade demogrãfica desta ãrea. Estes fatos cessaram quando o Governo proibiu a venda de propriedades inferiores a um mãdulo, de acordo com o artigo 11 do Decreto Lei nã 57 de 19.11.1976, que veio complementar o artigo 65 do Estatuto da Terra, de 30.11.1964.

Dada a impossibilidade de fragmentaçãõ, podemos observar que, quando sãõ vãrios herdeiros que se encontram trabalhando na regiãõ no momento em que se coloca a divisãõ da terra, hã tendãncia a deixã-la para usufruto daquele membro que se considera estar em piores condições econãmicas. Quando isto nãõ ocorre, a terra ã vendida sem divisãõ, o que tem contribuãdo para concentraçãõ da propriedade na regiãõ.

Como conseqüãncia da interaçãõ de todos estes fatores, a agricultura desenvolvida pelos pequenos agricultores nãõ utiliza as tãcnicas avançadas, e nem sequer os procedimentos recomendãveis para obtençaõ de maior produtividade.

O processo em que se vãem envolvidos os pequenos produtores, dificulta o êxito de seu empreendimento. Algumas

vezes conseguem, apenas, reproduzir a força de trabalho familiar, mas para complementá-lo trabalham muitas vezes como assalariados temporários de outros proprietários ou como arrendatários.

O outro sub-grupo de pequenos proprietários, com relação ao anterior, é significativamente minoritário. O que os diferencia dos demais é o fato de deterem como meio de produção - além da terra e os instrumentos de trabalho - recursos financeiros, ou seja capital de exploração fixo e circulante. Este fator permite que dêem a exploração outro caráter, além de permitir-lhes o uso de alguns insumos agrícolas mais modernos, como: adubos e algumas máquinas, podendo até contratar assalariados permanentes. Mesmo considerando essas diferenças, continuam sendo pequenos produtores tanto na área que possuem, quanto pelo montante da produção.

Contam com sérias dificuldades financeiras, pois, embora possuam outro tipo de exploração, não contam com as vantagens dos proprietários que possuem terra de maior dimensão, os quais são mais capitalizados, têm mais acesso aos financiamentos e, portanto, maior poder de barganha na hora de vender o produto. Este sub-grupo apresenta características que os assemelha tanto aos pequenos como aos médios produtores.

Ao contrário dos arrendatários e do sub-grupo anteriormente analisado, as dificuldades deste sub-grupo em conseguir crédito não está relacionada às exigências feitas pelo Banco, mas às formas de pagamento, uma vez que a produção encontra-se sempre condicionada a uma série de fatores quais sejam: climáticos, pragas e, finalmente a comercialização. 0

clima, propício para a cultura do tomate, sofre as consequências das variações, amenizado pelo uso do motor a óleo, mas termina por encarecer a produção.

Observando o grupo dos pequenos proprietários como um todo, notamos que os dois sub-grupos possuem dois pontos em comum. Referem-se à questão da política agrícola (crédito, comercialização, política de preços, etc.) e a segurança social (aposentadoria e assistência médica). Quanto a estes aspectos, apesar das diferenças, ambos os interesses são convergentes. No entanto as causas de seus problemas são basicamente diferentes para os produtores que são proprietários da terra que, de diferentes formas, agrava-lhes a condição de pequenos produtores rurais, o que os obriga à associação com os grandes proprietários, os quais sempre lhes são desfavoráveis. Os pequenos produtores que detêm outros meios de produção, vivem os problemas referentes à comercialização e preços, e, isso, assumem significado muito importante em relação ao problema da terra.

3.1.2 - Produção

A produção dos arrendatários do DNOCS é constituída, predominantemente, por culturas destinadas à subsistência, como: feijão, milho, batata doce, etc., aproveitando a área de vazante.

Com o predomínio dessas culturas nas áreas arrendadas (considerando-se o período de 9 anos) observamos que participam do total da produção da faixa úmida com os seguintes percentuais médios, quais sejam: feijão (19,69%); milho (27,50%); mandioca, batata e macacheira (24,90%); algodão (11,61%) e outras hortícolas (11,80%) (ver quadro 3).

O tomate foi produzido até 1976, quando sofreu declínio na participação total da produção de 9,80% para 5,0%. A queda foi motivada pela redução dos preços do produto no mercado no ano anterior, culminando com o afastamento dos arrendatários da cultura do tomate. Por outro lado, o fato de os arrendatários não terem condições de irrigar a terra, fez com que produzissem tomate na faixa úmida, tornando o empreendimento bastante arriscado, devido às variações a que está sujeito o nível das águas.

Apesar do tamanho da área - em média dois hectares - o arrendatário utiliza a faixa úmida para o cultivo de produtos alimentares e, na faixa seca, utiliza-a para a criação de pequenos animais e produção de produtos comercializáveis, que, em princípio, possam garantir o pagamento anual do arrendamento e algumas despesas extras.

QUADRO 3 - PRODUÇÃO TOTAL E EM PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS
REALIZADAS PELOS ARRENDATÁRIOS DO DNOCS

CULTURAS	P R O D U Ç Ã O (Kg)																		
	A B S O L U T A									%									
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	%
Arroz	4.580	9.428	10.475	12.351	14.430	5.240	4.580	6.760	4.925	8,97	12,69	16,42	11,50	22,55	11,34	6,49	8,77	5,78	100
Feijão	9.352	14.262	9.690	18.153	17.045	8.470	24.510	7.150	15.800	18,32	19,19	15,19	16,90	26,64	18,34	34,73	9,27	18,55	100
Sementes	900	18.080	12.450	14.970	1.200	3.200	1.800	16.300	12.100	1,76	24,34	19,52	13,95	1,88	6,93	2,54	21,14	14,20	100
Mamão, batata e melancia	13.120	14.530	16.250	10.100	1.050	17.400	15.500	32.300	34.800	25,70	19,55	25,48	9,40	1,65	37,66	21,95	41,88	40,86	100
Outras	22.799	16.827	12.239	51.633	30.182	11.650	6.700	9.400	16.000	44,67	22,64	19,19	48,08	47,19	25,21	9,49	12,19	18,79	100
Outros	300	1.180	2.680	180	60	238	17.500	5.200	1.550	0,58	1,59	4,20	0,17	0,09	0,52	24,80	6,75	1,82	100
Total	51.051	74.307	63.784	107.387	63.967	46.198	70.590	77.110	85.175	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Boletins relativos a exploração agrícola no açude Epitácio Pessoa - 3ª Diretoria Regional, Gráfica do DNOCS - 1974/82.

Dada a inexistência de capital financeiro que propiciasse produção intensiva com utilização de insumos e irrigação, o volume da produção de cada arrendatário depende diretamente da área arrendada, o que justifica produção irrisória, inexistindo excedentes. Fato bastante significativo se considerarmos a dimensão das terras que margeiam as águas do açude.

Quanto aos arrendatários particulares, observamos que a produção de tomate vem se mantendo relativamente equilibrada (ver quadro 4) apesar das pragas e dos preços do mercado nem sempre estimulantes. Esta fato deve-se à constante rotatividade das terras utilizadas e, também, à inconstância dos produtores. Até 1981, a medida em que um produtor abandonava a cultura do tomate, outro a iniciava, fato que, a partir do ano seguinte, começou a deixar de ocorrer, pois a utilização indiscriminada de insumos tem provocado a exaurição das terras, de modo que, ficam cada vez mais distantes as terras férteis, fator que provoca o aumento nos custos de produção, diminuindo, assim, a capacidade de poderem concorrer no mercado. Ao mesmo tempo novas regiões produtoras de tomate estão surgindo, aumentando a oferta do produto nos centros consumidores, refletindo, sobremaneira, no resultado econômico do empreendimento.

QUADRO 4 - PRODUÇÃO TOTAL DO TOMATE NO MUNICÍPIO DE
BOQUEIRÃO (1974/82)

P R O D U Ç Ã O (EM Kg)								
1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
851.160	2.036.580	1.403.780	1.895.860	1.550.200	2.170.750	1.992.000	2.160.000	2.320.800

FONTE: Boletins relativos a exploração agrícola no açude Epitácio Pessoa,
3ª Diretoria Regional, Gráfica do DNOCS, 1974/82.

A área utilizada pelos arrendatários em volta do açude para a cultura do tomate, corresponde apenas a 0,06% da área total do município, não alcançando 800 hectares (ver quadro 5).

Cada arrendatário utiliza, em média, 4 hectares, os quais são explorados intensivamente, alcançando a média de 2.780 caixas por hectare. Embora haja certo equilíbrio na área utilizada nestes últimos anos, espera-se para 1984, queda do produto na área destinada à cultura do tomate, dada a relutância dos produtores em arrendarem terras ali, preferindo fazê-lo noutros lugares.

QUADRO 5 - ÁREA (EM HA) UTILIZADA NA CULTURA DO TOMATE (1974/82)

A N O	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Área (ha)	340	678	561	631	622	723	796	720	773

FONTE: Quadro elaborado com base nos dados dos BOLETINS RELATIVOS À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA - DNOCS - 3.^a Diretoria Regional, Gráfica do DNOCS, 1974/82.

No que concerne aos pequenos proprietários, observamos que parte das terras localizadas na faixa seca são utilizadas intensivamente com a cultura do tomate*. Ocorrendo também, participação significativa da cultura forrageira com per

* O tomate, conforme vimos, embora seja cultivada nas propriedades, não o é, via de regra, pelos proprietários e, sim, por arrendatários.

centual médio de (51,42%); outras hortícolas (32,99%) e fruteiras (11,92%) (ver quadro 6).

O percentual bastante elevado da forrajeira se verifica devido ao fato das propriedades que ficam às margens do açude dedicarem-se predominantemente à pecuária utilizando esta faixa para formação de pastagem.

As culturas destinadas à alimentação básica como: feijão, mandioca, batata e macacheira têm participação pouco significativa em relação ao total da produção realizada nas propriedades. Além do interesse dos proprietários estar voltado para a pecuária, o tipo de solo e de clima só permitem que a cultura se realize satisfatoriamente se for irrigada, o que, segundo os proprietários (em face dos preços dos produtos a nível de produtor) não são financeiramente compensadores.

3.1.3 - Comercialização

Para os arrendatários do DNOCS, a cultura para comércio, limita-se a um único produto: o algodão, o que não se constitui uma opção, cultura esta, imposta pelas condições do clima, solo e, finalmente condição financeira. De forma que o algodão é a única fonte de renda monetária ali haja vista ser plantado em consorciação com o milho e o feijão, produtos destinados à alimentação. Embora única fonte de renda, a cultura do algodão não recebe tratamento de cultura principal, mas de produto secundário, visto que as culturas alimentares

QUADRO 6 - PRODUÇÃO TOTAL E EM PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS

REALIZADAS PELOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS (1974/82)

P R O D U Ç Ã O (Kg)

	A B S O L U T A									%								
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
	11.480	16.680	11.410	13.713	22.830	16.200	12.600	16.200	15.500	4,31	3,49	2,37	3,23	5,09	2,82	2,52	3,57	3,07
	2.260	6.805	5.640	3.833	28.830	10.830	18.600	13.800	14.400	0,85	1,42	1,17	0,90	6,39	1,88	3,72	3,04	2,85
	3.540	5.110	4.275	5.230	6.180	7.200	5.200	4.800	4.100	1,33	1,07	0,89	1,24	1,38	1,25	1,04	1,05	0,82
ras	1.680	12.380	11.585	28.770	38.500	31.200	31.000	29.560	27.250	0,64	2,60	2,40	6,79	8,59	5,43	6,19	6,50	5,40
eira	235.600	193.862	257.030	201.760	141.940	290.600	256.000	221.500	254.700	88,60	40,60	53,39	47,62	31,68	50,54	51,15	48,72	50,46
ulas	3.844	223.950	167.757	156.390	187.450	205.320	161.300	149.700	172.300	1,45	46,92	34,85	36,92	41,83	35,70	32,24	32,92	34,13
ca, Bata acacheira	6.200	15.098	19.220	2.600	2.750	3.320	2.400	6.800	3.300	2,33	3,16	3,99	0,62	0,62	0,59	0,48	1,50	0,65
os	1.300	3.505	4.480	11.320	19.800	10.300	13.300	12.300	13.220	0,49	0,74	0,94	2,68	4,42	1,79	2,66	2,70	2,62
	265.904	477.390	481.397	423.616	448.110	574.970	500.400	454.660	504.770	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Boletins relativos à exploração agrícola no açude Epitácio Pessoa -
3ª Diretoria Regional, Gráfica do DNOCS, 1974/82.

consorciadas são essenciais para garantir um mínimo de condições de sobrevivência.

O algodão é comercializado pelo próprio produtor, o qual é vendido a um único comprador, dono de uma indústria de redes, de maneira que o produtor não tem alternativa para colocação do produto, sendo que significa de pouca importância ter conhecimento ou expectativa do preço vigente.

Em se tratando dos arrendatários particulares, o processo de comercialização, ao lado da inadequada estrutura de mercado, apresenta-se como um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento da produção do tomate no município. De forma que a comercialização do tomate para o arrendatário se constitui motivo de muita expectativa.

Normalmente, se ocorre uma produção que exceda a expectativa, o preço do produto cai e os produtores sentem o problema de colocação do produto por preço compensador; se há atraso na safra, os preços sobem beneficiando os concorrentes de outras localidades (inclusive São Paulo) e aqueles produtores cuja safra não sofreu atraso, ou sofreu em menor proporção em relação aos outros produtores, os quais inevitavelmente terão lucros menores ou até mesmo prejuízos.

Os produtores prejudicados ficam desestimulados e, muitas vezes, impossibilitados de renovarem a plantação, já que não dispõem de condições financeiras que possibilitem meios favoráveis que garantam o dispêndio que a produção exige.

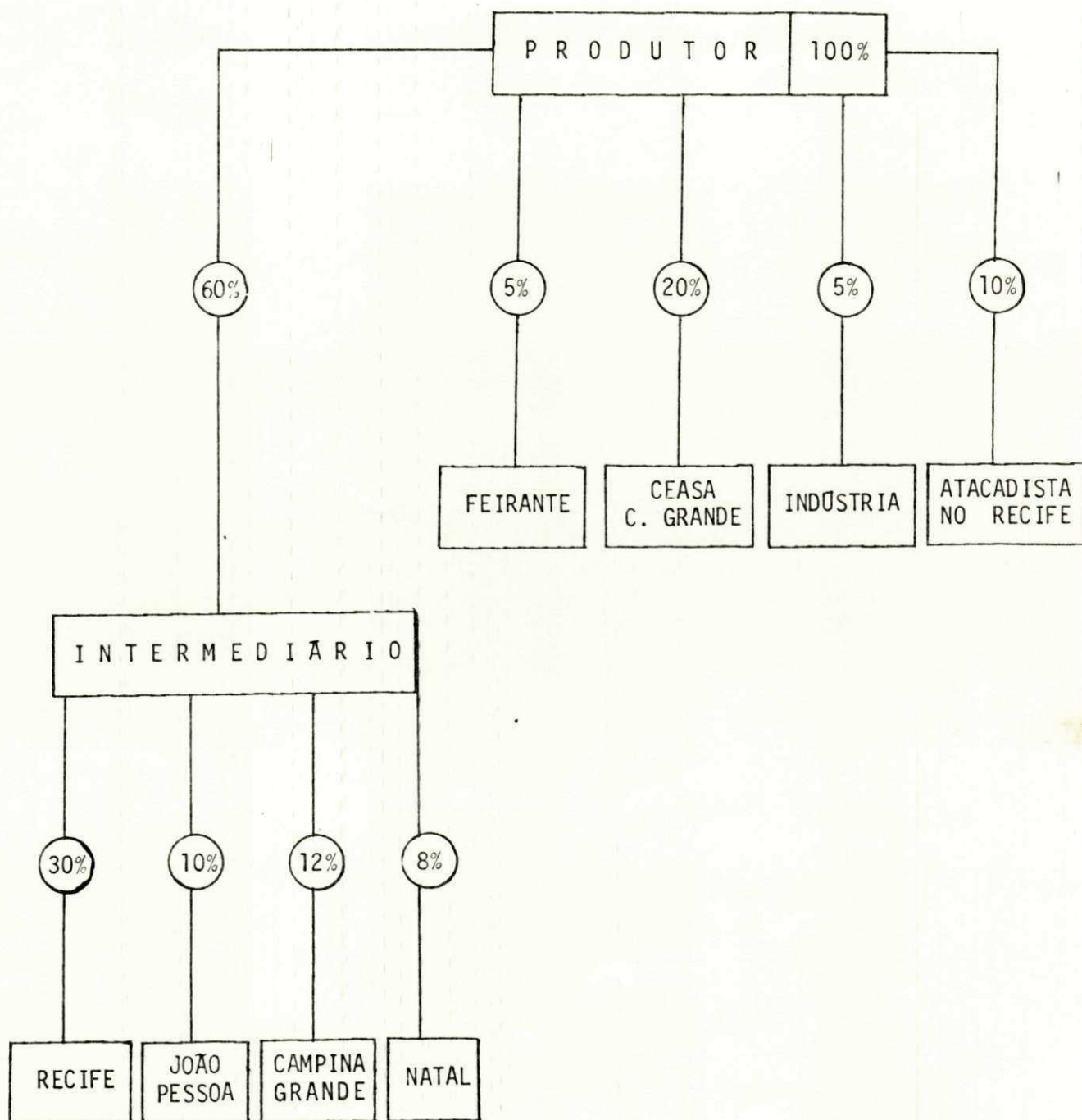
As variações de preços do produto no mercado, ao lado da crescente dependência financeira, motivada pela corre

ção e juros do empréstimo feito aos bancos ou pelos empréstimos particulares realizados para saldar débito de plantios anteriores, tem se constituído em fatores determinantes de transferência de produtores para outras localidades ou afastamento definitivo do ramo, não raro, quando sofrem sérias dificuldades devido ao processo de descapitalização a que foram submetidos.

Quanto ao montante do volume de tomate que é comercializado, não existe nos órgãos competentes, informações precisas, fato agravado pela prática bastante difundida entre os produtores de retirar a mercadoria clandestinamente, o que justificam, dizendo que preferem pagar imposto em outros Estados, por ser mais barato em relação ao cobrado na Paraíba. No momento, o imposto em Pernambuco é de Cr\$ 110 por caixa, e na Paraíba é de Cr\$ 160, o que significa dizer que de Boqueirão a Campina Grande os comerciantes pagam mais imposto do que de Boqueirão ao Recife, onde a possibilidade de colocação do produto é bem maior.

Baseado em informações obtidas quando da pesquisa junto aos produtores de tomate, concluímos que cerca de 40% do volume de produção é destinada ao mercado do Recife, sendo 10% da produção transportada e comercializada diretamente entre produtor e atacadista; 30% entre intermediário e atacadista e, finalmente 30% comercializada pelo próprio produtor na feira de Campina Grande 5%; na CEASA de Campina Grande, 20% e industrializado no Recife (5%). O restante da produção 30% é comercializada por intermediários nas cidades de João Pessoa (10%); Campina Grande (12%) e Natal (8%). (Ver fluxograma)

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO DO TOMATE PELO
PRODUTOR E INTERMEDIÁRIO



De modo geral, as principais causas da vulnerabilidade do produtor no momento de comercializar o produto, podem ser resumidos nos seguintes fatores: a) a maioria não tem condições de comercializá-lo; b) não têm conhecimento das expectativas de preço, ficando sujeito às especulações no momento da venda*; c) não têm alternativa para colocação, do tomate, fato agravado pelo alto grau de perecibilidade; d) e, finalmente não são organizados, o que provoca movimento constante de ascensão e declínio na produção, com reflexos diretos na condição econômica do produtor.

* É significativo o fato de o produtor vender o tomate às grandes indústrias de transformação e só receber o pagamento após 90 dias, com um juro de 1% ao mês, pagamento feito em forma de lata de doce, o que obriga o produtor vendê-las para, desta maneira obter o dinheiro correspondente ao pagamento.

3.1.4 - Relações de Trabalho

Os arrendatários do DNOCS são, em maioria (86%) filhos de trabalhadores sem terra que, no período que antecedeu a construção do açude, recebiam dos proprietários, terras que eram cedidas "pela palha" com a condição de que fossem devolvidas em outubro ou novembro para forragem dos rebanhos bovinos.

Geralmente, a terra era entregue aos agricultores em março com as primeiras chuvas. Preparada a terra, cultivavam o milho e o feijão; em maio, realizavam a cultura do algodão herbáceo; em junho colhiam o feijão e parte do milho ainda verde. A colheita do milho seco era feita a partir de setembro, contribuindo para a alimentação de homens e animais. A colheita do algodão, iniciada em dezembro, estendia-se, geralmente, até janeiro quando a terra era restituída ao proprietário, a fim de que o gado, solto nos roçados, se alimentasse com a rama do algodão e a palha de milho. E, em março, novamente a terra voltava às mãos dos agricultores para reinício do ciclo anual de cultura.

A figura do patrão que mantinha com o trabalhador relação paternalista (e ao qual o trabalhador recorria nos momentos difíceis) foi substituída por uma instituição que, apenas cede a terra, sem, no entanto, prestar assistência ao trabalhador.

A forma de trabalho utilizada pelos arrendatários é fundamentalmente a familiar, e é realizada intensivamente pela mulher e filhos.

No que concerne ao arrendatário particular, observamos que a forma de trabalho usada é, essencialmente, feita por assalariado temporário. É entre estes trabalhadores que se observa crescente proletarização.

Nada possuem, além de algumas roupas e objetos de cozinha. Muitos deles levam vida errante, não se fixando no mesmo trabalho por muito tempo; trabalham hoje para um arrendatário, amanhã para outro, ao contrário dos assalariados permanentes - como o morador e o vaqueiro - que chegam a passar vários anos na mesma propriedade.

A maioria deles não é alfabetizada e nem possui qualquer tipo de associação; mora em casa de taipa, localizada na periferia da cidade ou em sítio próximos ao campo de tomate e, como não podem plantar lavouras de subsistência, abastecem-se, muitas vezes, em pequenas "bodegas", onde pedem crédito para saldá-lo no final da semana. Os produtos são de inferior qualidade e os preços paradoxalmente altos, devido à distância que separa os "bodegueiros" dos centros fornecedores.

O arrendatário particular, em cada hectare de tomate, utiliza, em média, 10 empregados durante seis meses, cuja função é distribuída da seguinte maneira: um administrador, dois pulverizadores, dois irrigadores e cinco trabalhadores os quais exercem funções diversas, dependendo do estágio em que se encontra a produção; daí podem partir para o preparo do solo, o plantio, os tratamentos culturais, o controle fitossanitário, a colheita, a classificação e a embalagem. O trabalho feminino, assim como o das crianças são utilizados nas tarefas de "desolhar" e amarrar o produto.

Os salários oscilam de acordo com a especialização e capacidade do trabalhador. Mantêm-se, porém, em níveis próximos aos do salário mínimo. No momento, os pulverizadores e os irrigadores recebem importância de Cr\$ 7.000 por semana; o administrador Cr\$ 8.000; os demais trabalhadores ganham Cr\$ 3.000, o que soma, aproximadamente, a média de Cr\$ 20.400 por trabalhador ao mês. Alguns produtores pagam ao administrador a comissão de Cr\$ 5 por caixa, no intuito de obterem maior controle sobre o produto.

É com os pequenos proprietários que se encontra a maior diversidade de trabalhadores rurais, devido à variedade das atividades exercidas na propriedade.

Utilizam de forma variada, a mão-de-obra disponível, através de relações geralmente consideradas tradicionais, como o arrendamento pago em moeda, os sistemas variados de moradores e, até a mão-de-obra assalariada.

Normalmente, encontramos dois tipos de assalariados: os permanentes e os temporários. As diferenças entre eles são significativas. Em geral os assalariados permanentes, residem na propriedade em que trabalham e constituem os chamados moradores que exercem diferentes tarefas e, recebem como pagamento, quantia fixa mensal em dinheiro, podendo eventualmente obter outras vantagens não monetárias; o mesmo não acontecia antes, quando o vaqueiro era responsável pela fazenda, não recebendo salário em dinheiro e, normalmente, sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda, pois, em cada quatro bezerros que nascessem, um lhe pertencia e os outros três eram do proprietário. Ao apartá-lo da dependên

cia da vaca podia o vaqueiro vender os animais de sua propriedade. Às vezes, devido a ocasionar mais elevação da produção, o vaqueiro terminava também, proprietário.

Hoje, a vida do vaqueiro não se assemelha muito aos primeiros tempos, quando vestidos de couro, varavam as caatingas à procura das reses mais ariscas. Os animais criados hoje em cercados de pequena extensão (vêm ao curral com frequência a fim de serem vacinados, ferrados, ordenhados, curados de enfermidades) são sempre mansos e conseqüentemente fáceis de serem conduzidos. Por este motivo, o vaqueiro agora administra ou assiste ao proprietário na administração, ordenha e fiscaliza a entrega do leite que se destina à venda, e derruba o boi nas festas de vaquejada.

Ao vaqueiro são conferidas vantagens adicionais, como: moradia na propriedade e níveis salariais melhores do que os dos demais assalariados. Além de receber remuneração em dinheiro e casa para morar, o vaqueiro, muitas vezes, tem permissão para plantar a terra. No entanto, aquele costume de pagar ao vaqueiro com um quarto dos bezerros nascidos (a "quarta") foi inteiramente abolido na região desde que o gado, devido a melhoria na raça, encontra-se muito valorizado, e levaria, consideravelmente, o salário do vaqueiro se o pagamento continuasse a ser feito daquele modo.

Assim, o pagamento em moeda (substituindo a "quarta", de uso generalizado antes da construção do açude, onde dominava o gado crioulo ou "pê duro") corresponde à inferiorização sobre a remuneração anterior pois o proletariza e impede que, como ocorria no passado, o vaqueiro se torne, também, proprietário.

Bem diferente é a realidade dos assalariados temporários. Se os moradores são, em geral, empregados mais qualificados das propriedades, assalariados temporários realizam qualquer serviço; são os trabalhadores braçais da agricultura. Contratados por tarefas ou por dia. Prestam serviços, mas não tem vínculo permanente com o empregador.

Outro problema diz respeito às novas culturas feitas pelos proprietários. O crédito agrícola propiciou elevação dos padrões técnicos e melhoria da qualidade do gado, o que levou o proprietário a cultivar plantas que servissem de alimentos aos animais, de forma que foi intensificada o plantio de palma e de capim.

O plantio da palma fez com que os proprietários necessitassem mobilizar moradores para seu serviço. Cultivam a palma sem despender grandes capitais, porque se trata de cultura permanente que dura no campo de 12 a 15 anos. Os moradores cultivam a palma em áreas que os proprietários lhes entregam. Estes se incumbem de plantar e manter limpo o palmal, podendo cultivar para si, entre as fileiras de palmas, culturas intercaladas, o milho, a fava e o feijão. Por um período de três a quatro anos, enquanto a palma não está boa para corte (pois necessita para seu desenvolvimento de duas a três limpas anuais) o agricultor cuida dela e de suas culturas sem qualquer emprego de capital por parte do proprietário; quando a palma começa a dar corte, sombreia muito o terreno e impede as culturas intercaladas; o agricultor colhe o que havia plantado e, retira-se, então, do palmal deixando-o e entregando a terra ao proprietário. Daí em diante o proprietário limita-

se a pagar diária a assalariados que uma vez por ano roçam o mato que cresce no palmal.

Os moradores também trabalham na roçagem dos cercados, na limpeza dos currais, no arração dos animais e em outros serviços suplementares. Estes trabalhadores cujo número é pequeno, variando de uma propriedade para outra, moram em casa de "taipa" e que por receberem casa para morar e área para cultivar, têm o salário pago em espécie. São geralmente, mal remunerados.

O capim, não permite a associação com outras culturas; é plantado também por trabalhadores assalariados temporários. O plantio e conservação do capim não ocupa, porém, os trabalhadores por longo período, daí não haver certeza muito grande quanto à obtenção de trabalho assalariado durante grande parte do ano.

As condições econômicas a que se submetem, leva o proprietário a manter relações econômicas com outro grande número de agricultores: são os arrendatários. Hoje, porém, o proprietário não cede mais a terra "pela palha", mesmo porque a terra arrendada é utilizada para a cultura do tomate, e, também, por ser grande o número de arrendatários que desejam terras.

De forma que, dada a intensificação da produção para mercado e o aumento da demanda por terra, a forma de arrendamento sofreu sensível modificação. Atualmente os arrendamentos são efetuados mediante acordo, quando se estabelecem previamente o período de tempo e o preço das terras.

Em Boqueirão, as terras arrendadas variam de preço por hectare conforme a qualidade da terra e a distância para os centros consumidores e para as estradas mais movimentadas. O arrendatário não tem qualquer garantia de renovação de contrato, nenhum documento que legalize a transação.

3.1.5 - RESULTADOS ECONÔMICOS

A contabilidade em Boqueirão encontra-se, até o presente, sem utilização prática, especialmente nas pequenas propriedades, sendo quase que de modo geral, considerada um luxo oneroso e supérfluo.

As razões da precariedade da aplicação contábil em tais atividades são:

- a) impossibilidade econômica de a maioria das empresas de pequeno porte, disporem de serviço contábil;
- b) mentalidade conservadora e rotineira de grande parte dos empreendedores (especialmente dos pequenos) normalmente sem instrução e, desconhecendo a utilidade dos registros contábeis;
- c) complexidade e elevado custo de manutenção de serviço contábil perfeito e adequado, o que desencoraja muitos produtores a usá-lo.

De forma que, entre os produtores é generalizada

a ausência da contabilidade e, também, de registros agrícolas, o que impede a execução do controle financeiro e assentamento dos aspectos produtivos da propriedade rural.

Ocorre, porém, que esta falta de controle financeiro contribui para que muitos empreendimentos que estão causando prejuízo, sejam subsidiados por empreendimentos rentáveis, dentro da propriedade. De forma que o produtor continua usando, em seus empreendimentos, sistema obsoleto, teimando em não acreditar que alguns deles, podem ser pouco rentáveis ou simplesmente causar-lhe prejuízo.

Esta fato reveste-se de maior importância, quando se refere ao cálculo dos custos de produção na propriedade. Normalmente, dentro destes custos não são incluídos aqueles denominados de "custos imputados", que são: depreciação e manutenção de construção, equipamentos e maquinaria e, juros de capital agrário, empregado na produção. Isto leva o produtor, a considerar como lucro, o excedente monetário que não pode cobrir os custos mencionados.

Os arrendatários do DNOCS consideram que a contabilidade, ou simples anotação de contas é perfeitamente dispensável, dado o fato de produzirem predominantemente para sua subsistência; o sucesso do trabalho é medido pelo volume da colheita, o que significa, em outras palavras, "boa colheita, comida mais farta; má colheita, carência de alimento", assim como de outras necessidades usuais.

Entre as categorias estudadas, o arrendatário particular é que melhor controla as despesas e receitas a nível

de anotação; são efetuadas de foram bastante simples pelo próprio tomaticultor. O controle de contas é extremamente importante por ser a cultura do tomate empreendimento de alto custo, despendendo muitos riscos.

Para o tomaticultor a ocorrência de pragas se constitui num importante fator de variação do custo, pois de acordo com o número de incidências, os produtores passa a recorrer ao uso de inseticidas de composição mais forte e que, via de regra, são bem mais caros.

Além do mais todos os insumos, isto é, fertilizantes, inseticidas e fungicidas utilizados na cultura do tomate são importantes e, têm os preços majorados de acordo com o dólar, o que tem contribuído para a elevação do custo do produto. Destes, apenas o sulfato de amônia é nacional.

A constante incidência de pragas é um dos principais responsáveis pelo insucesso financeiro dos produtores. Isto, por sua vez, provoca a corrida ao seguro oferecido pelo PROAGRO. Acontece, porém, que recorrer ao PROAGRO implica em comprovar a existência da praga, através da verificação feita pelo técnico da EMATER, e não receber a última parcela do empréstimo que é destinada à colheita.

A este respeito, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que os técnicos quase não visitam os campos, e, quando o fazem não ocorre em tempo hábil para constatar presença da praga, isto é: de orientá-los no combate ou, então verificar sua possível evolução, o que o impossibilita de afirmar, em termos percentuais, o quanto a praga é responsável pela perda total ou parcial da safra. Por outro lado, o pro

dutor não atenta para as regras que devem ser observadas, a fim de receber o seguro, de forma que retira a última parcela do crédito que é destinada à colheita, montante que usa, também, para pagar dívidas contraídas durante o plantio; segundo raciocínio dos produtores, se eles pagarem 3,5% do total do empréstimo ao seguro do PROAGRO e 4% pela elaboração do projeto e assistência técnica da EMATER adquiriram assim direito inalienável. A retirada da última parcela decorre de vários fatores, entre os quais estão: tentativa de vender os frutos, cujas plantas não hajam sido atingidas pela praga, no intuito de minimizar o prejuízo; e também, cobrir dívidas contraídas na compra de insumos que, devido aos constantes aumentos, sempre extrapolam o orçamento.

Outro agravante é o juro e a correção monetária que fecham as possibilidades do produtor para saldar a dívida, pois sua capacidade de fomentar a produção depende basicamente, de créditos. Cessando o acesso ao crédito, voltam a produzir com recursos próprios, ou com empréstimos pessoais feitos a outras pessoas ou empréstimo comercial feito ao banco. Dada a insuficiência de recursos, o produtor planta em menor área ou afasta-se definitivamente da cultura. Estes casos sempre implicam na venda de alguns bens para pagar ao banco, evitando o resgate da dívida através de bens hipotecados; no entanto, esta medida deve ser tomada logo após o vencimento do prazo, no sentido de evitar o aumento da dívida, pela correção o que nem sempre é feito pelo produtor que, via de regra, aguarda a cobertura do PROAGRO, mas à medida em que o tempo passa, aumenta a disparidade entre a dívida e a possibili

dade do produtor em saldã-la.

O atual custo por hectare para o tomate é de ... Cr\$ 1.865.876 (vide quadro 7) desde que o produtor utilize re cursos próprios. No caso em que recorra ao banco para obter empréstimos para o custeio agrícola, este valor é ampliado em 2%, referentes à taxa da EMATER pela elaboração do projeto. Como a terra é arrendada, acrescenta-se a este custo o preço do arrendamento*.

O custeio agrícola financiado pelo banco é dividi do em 3 parcelas que serão liberadas após o laudo técnico da EMATER.

O lucro do arrendatário particular é proveniente, apenas, da venda do tomate haja vista dedicarem-se exclusiva mente àquela cultura. A produção é distribuída nas CEASAS, feiras livres, e indústrias. O montante da renda varia de a cordo com o comportamento dos preços no mercado; já se verifi cou oscilações entre Cr\$ 136,36 e Cr\$ 36 o quilo a nível de produtor.

Considerando que a produtividade atual encontra-se em torno de 50.000 Kg por hectare, significa que, para co brir as despesas do hectare, o produtor deverá vender o tomate no campo, ao preço mínimo de Cr\$ 37,32 o quilo. Não alcançando este limite terá inevitavelmente, prejuízo.

O capital das propriedades que medem 35 hectares é formado basicamente pela importância calculada da casa do

* O preço do hectare para arrendamento varia, dependendo do local e do ti po da terra; no momento o preço médio é Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzei ros).

QUADRO 7 - ORÇAMENTO PARA 1 HECTARE DE TOMATE MESA - (1983)

(EM Cr\$)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1- Preparo da Sementeira	d/h	10	728	7.280
2- Preparo do Terreno				
Desbravamento e destoca	d/h	46	728	33.488
Encoivramento e queima	d/h	24	728	17.472
Preparo dos sulcos de plantio	d/h	44	728	32.032
3- Plantio				
Coveamento	d/h	04	728	2.912
Transplântio	d/h	24	728	17.472
4- Adubaçãõ				
Fundaçãõ	d/h	06	728	4.368
1. ^a cobertura	d/h	02	728	1.456
2. ^a cobertura	d/h	02	728	1.456
5- Tratos culturais				
Limpas e amontoas	d/h	180	728	131.040
Tutoramento	d/h	20	728	14.560
Amarrio e desbrota	d/h	100	728	72.800
6- Controle Fitossanitário	d/h	100	728	72.800
7- Irrigaçãõ	d/h	80	728	58.240
8- Insumos				
Fertilizantes				
Sulfato de Amônia	Kg	500	72	36.000
Superfosfato Triplo	Kg	200	150	30.000
Cloreto de Potássio	Kg	100	80	8.000
Defensivos				
Cupravit Azul	Kg	100	2.000	200.000
Dithane M - 43	Kg	100	3.000	300.000
Folidol	L	12	3.000	36.000
Nuvacron	L	12	4.000	48.000

Continuação - QUADRO 7

E S P E C I F I C A Ç Ã O	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (Cr\$)
Dêcis	L	6	15.000	90.000
Ambuche	L	3	32.000	96.000
Akar	L	10	20.000	200.000
Semente Selecionada	Kg	0,3	20.000	6.000
9- Materiais				
Varas	Milh.	22	5.000	110.000
Combustível	L	1.000	102	102.000
10-Colheita	d/h	120	700	84.000
11-Classificação e Embalagem	d/h	75	700	52.500
T O T A L				1.865.876

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983.

proprietário, casa do morador, curral de varas, motor-bomba, a máquina forrageira, o arado e o plantel de 30 cabeças de gado, geralmente dividido em oito vacas, o reprodutor, seis novilhos, sendo 3 (três) machos e 3 (três) fêmeas, 8 (oito) garotes, sendo metade machos e metade fêmeas.

Via de regra, os proprietários destinam 8,6% da terra à palma forrageira; 5,7 para a capineira; 54,2% para a capoeira média, 17,2% para o consórcio do milho, feijão e algodão; e 14,3% para o pasto natural.

Numa propriedade de 35 hectares estes percentuais correspondem, respectivamente, a três hectares de palma forrageira; dois hectares para a capineira; 19 hectares para a capoeira média; seis hectares para o do consórcio e cinco hectares para o pasto natural. (Ver quadro 8)

As propriedades que possuem 100 hectares contam com a casa do proprietário, a do morador, cocheira, cerca de faxina, motor-bomba, máquina forrageira, cultivador, carro-de-mão, carroça-de-boi, dois pulverizadores e, em média, 46 cabeças de gado.

Os percentuais da propriedade destinados à agricultura são: 6% para palma forrageira; 4% para a capineira; 70% para a capoeira média; 9% para o consórcio: milho, feijão e algodão, e 18% para o pasto natural. Estes percentuais, numa propriedade de 100 hectares, correspondem respectivamente a seis hectares de palma forrageira; quatro hectares de capineira; 70 hectares de capoeira média; nove hectares de cultura temporária; dez hectares de pasto natural e um hectare de terra com benfeitorias. (Ver quadro 9)

QUADRO 8 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AGRÁRIO DE UMA PROPRIEDADE DE 35 HA

(JULHO/83)

I T E M S	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Capital Fundiário			
Terra*	35 ha	75.714	2.650.000
Casa do Proprietário	1	1.000.000	1.000.000
Casa do morador	1	400.000	400.000
Cocheira	1	150.000	150.000
Cerca de faxina	7.200 mts	173,33	1.274.976
Capital de Exploração Fixo			
Motor Bomba	1	400.000	400.000
Máquina Forrageira	1	500.000	500.000
Cultivador	1	10.000	10.000
Carro de mão	1	3.000	3.000
Capital de Exploração Circulante			
Vaca	8	80.000	640.000
Reprodutor	1	150.000	150.000
Novilho	3	90.000	270.000
Novilha	3	70.000	210.000
Garrote	8	40.000	320.000
Bezerro	8	20.000	160.000
T O T A L			8.137.976

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983

* O preço foi calculado com base nos preços por hectares das culturas e
xistentes na propriedade.

QUADRO 9 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AGRÁRIO DE UMA PROPRIEDADE DE 100 HA

(JULHO/83)

I T E N S	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Capital Fundiário			
Terra	100 ha	59.300	5.930.000
Casa do Proprietário	1	1.300.000	1.300.000
Casa do Morador	1	500.000	500.000
Cocheira	1	150.000	150.000
Cerca de faxina	15.000 mts	173,33	2.600.000
Capital de Exploração Fixo			
Motor Bomba	1	400.000	400.000
Máquina Forrageira	1	500.000	500.000
Cultivador	1	10.000	10.000
Cilos Metálicos	4	2.000	8.000
Carro de mão	1	3.000	3.000
Carroça de Boi	1	40.000	40.000
Pulverizadores	2	3.500	7.000
Capital de Exploração Circulante			
Vaca	12	80.000	960.000
Reprodutor	1	150.000	150.000
Boi de Tração	1	100.000	100.000
Novilho	5	90.000	450.000
Novilha	5	70.000	350.000
Garrote	10	40.000	400.000
Bezerro	12	20.000	240.000
T O T A L			14.098.000

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983.

De forma que a Renda Bruta dos proprietários é constituída basicamente pela venda do gado*, do leite**, do algodão, incluindo outros produtos produzidos e consumidos na propriedade, como feijão e milho. (Ver quadro 10). A Renda Bruta pode ser composta também pelo arrendamento da terra, isto em caso de propriedade com área de maior dimensão, acima ou em torno de 100 hectares. (Ver quadro 11)

QUADRO 10 - ESPECIFICAÇÃO DA RENDA BRUTA DE UMA PROPRIEDADE DE 35 HA
(JULHO/83)

I T E N S	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Produto Animal				
Gado	Unid.	3	90.000	270.000
Leite	L	3.240	100	<u>324.000</u>
Sub-Total				594.000
Produto Vegetal				
Algodão	Kg	1.250	250	312.500
Milho	Kg	2.500	40	100.000
Feijão	Kg	1.500	145	<u>217.500</u>
Sub-Total				630.000
T O T A L				1.224.000

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983

* A receita do gado foi obtida considerando que, anualmente os proprietários vendem em média três novilhos quanto tem plantel de 31 cabeças de gado; e cinco novilhos, se possuem plantel de 46 cabeças de gado ao preço de Cr\$ 90.000 a unidade.

** A receita do leite foi obtida, considerando que, em 31 cabeças de gado, oito são vacas e que 70% está em lactação, o que corresponde aproximadamente, a seis vacas, cada uma dando em média três litros de leite por dia; da mesma forma, num plantel de 46 cabeças de gado

QUADRO 11 - ESPECIFICAÇÃO DA RENDA BRUTA DE UMA PROPRIEDADE DE 100 HA
(JULHO/83)

I T E N S	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Produto Animal				
Gado	Unid.	5	90.000	450.000
Leite	L	4.320	100	432.000
Sub-Total				882.000
Produto Vegetal				
Algodão	Kg	2.250	250	562.500
Milho	Kg	4.500	40	180.000
Feijão	Kg	2.700	145	391.500
Sub-Total				1.134.000
Arrendamento da Terra	ha	4	90.000	240.000
T O T A L				2 256.000

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983.

O montante da renda sofre constantes variações, pois depende de vários fatores, quais sejam: clima, incidência de praga na plantação, doença nos animais e variação de preço no mercado.

Prática comumente utilizada pelos proprietários para aumentar a renda é manter na propriedade determinado percentual de cabeças de gado maior do que o normal que a propriedade pode suportar, isso em termos de alimentação; no entanto, esta prática termina por submeter o gado a uma alimentação reduzida, a qual é complementada com ração comprada pelo proprietário no intuito de manter o nível de peso do plantel, enquanto aguarda a melhor ocasião para a venda.

No que concerne às despesas da propriedade, observa-se que é subavaliada, dado o fato de os proprietários não considerarem as depreciações das casas, das máquinas além de outras despesas como impostos e encargos sociais sem contar as despesas que surgem eventualmente.

Observa-se que, com relação à área total, a porcentagem de terras exploradas são maiores nos menores imóveis (35 ha) diminuindo à medida em que aumenta sua área. Este índice elevado nas pequenas propriedades ocorre em virtude da maior utilização da terra com a finalidade em extrair dali a subsistência para seus proprietários. Já os imóveis maiores (100 ha) sub-utilizam a terra, mal as explorando em detrimento de suas potencialidades. Ou seja, enquanto os pequenos proprietários usam mais intensivamente as terras, as maiores são menos aproveitadas para plantio. Isto pode ser comprovado

quando se verifica que propriedades de até 35 hectares apresentam cerca de 68,5% de áreas inexploradas, enquanto nas propriedades acima de 100 ha este valor gira em torno de 80%.

Observa-se, também, que à medida em que aumenta o tamanho da área, os proprietários aumentam-na também, porém destinando-a à expansão da atividade pecuária, motivados que são pelos seguintes fatores: evolução dos preços do boi para corte muito favorável e constante; por exemplo: a pecuária de corte que não apresenta, praticamente, grandes riscos, nem exige maiores investimentos; a terra, com pastos naturais e o rebanho, asseguram por assim dizer, o capital investido; por conseguinte, as terras e o rebanho representam reservas de valor que podem, a qualquer momento, ser convertidos em dinheiro pelo proprietário; o caráter intensivo desta atividade, utilizando pouca mão-de-obra, (se não fora despesas com vacinações) poder-se-ia dizer que o gado segue seu ciclo natural de reprodução; e, finalmente o fato de a pecuária, ao contrário das culturas comerciais não exigir cuidados constantes do proprietário permite que sejam exercidas outras atividades além das enumeradas.

É evidente que a preocupação maior do proprietário em aumentar a área, em vez de incrementar a produtividade da terra, e isto é explicado pela função que a terra tem desempenhado na região como reserva de valor.

É à medida em que a terra se apresenta como reserva de valor, é baixa a inversão de capital na produção. O capital passa a ser investido na compra de terras, visando mu

to mais a especulação imobiliária do que a produção propriamente dita. Esta é a razão da preferência por este investimento, além do mais, neste atual processo inflacionário, comprar terras é melhor que outros investimentos embora não goze da mesma liquidez.

Assim a pecuária passa a se constituir numa forma de simples ocupação e, não objetivo fundamental de produção, quando a pecuária aparece como subproduto da própria especulação. Em contrapartida, o uso da terra com culturas destinadas à alimentação, fica relegada às menores propriedades que cultivam a terra com maior intensidade, resultando em número cada vez maior de pessoas ocupadas e de áreas cultivadas e, reduzindo ao mínimo possível a área inaproveitada.

Estudando a renda bruta gerada nas propriedades, ou seja, o valor total da produção em relação ao tamanho, evidencia-se, insofismável a influência da área das terras. As propriedades que apresentam rendas mais elevadas são naturalmente as que possuem áreas por seu caráter mais extensivo.

Considerando as propriedades estudadas, observamos que a renda bruta não aumenta na mesma proporção que aumenta a área.

Os proprietários obtêm renda através das seguintes fontes: venda de produtos animais e vegetais; frutos e legumes produzidos e consumidos na propriedade, armazenados ou utilizados para efetuar pagamentos em espécie, avaliados pelos preços de mercado, como: alimentação e receitas provenientes de arrendamentos de terra e aumento do valor do rebanho, gra

ças ao crescimento e engorda. No entanto, não consideram o aumento do valor do rebanho como receita. (Este item serve como parâmetro de sucesso da propriedade).

As despesas consideradas são apenas as referentes aos gastos feitos na produção agrícola com implantação e manutenção da cultura, mão-de-obra utilizada no preparo do solo e colheita, bem como despesas com a pecuária e utilização de mão-de-obra, medicamentos, manejo do rebanho, vacinação e alimentação suplementar. Desta forma, as despesas* somam a importância de Cr\$ 552.000 para uma propriedade de 35 hectares e Cr\$ 919.800 para outra de 100 hectares que corresponde, respectivamente, a 75,10% e 63,89% da despesa real. (Ver quadros 12 e 13).

Este procedimento reflete na estimacão (por parte do proprietário) da Renda Líquida, Cr\$ 672.000 para propriedades de 35 hectares e Cr\$ 1.456.200 para propriedades de 100 hectares, quando, na realidade, a renda líquida é de Cr\$ 489.030 e Cr\$ 937.617,10 respectivamente; isto significa que a renda líquida considerada pelos proprietários apresenta-se super avaliada em 27,23% para o primeiro caso e em 28,77% para o segundo.

Conseqüentemente, o lucro também é super estimado, porque ao ser avaliado, os proprietários não consideram sua própria remuneração.

* Para cálculo da despesa, utilizamos o percentual utilizado pela EMATER na elaboração de projetos que é de 40% da receita, proveniente da venda de produtos animais e 50% da receita, proveniente da venda de produtos vegetais.

QUADRO 12 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA NUMA PROPRIEDADE DE 35 HECTARES

(JULHO/83)

I T E M S	Cr\$
1- Produto Animal	237.000
2- Produto Vegetal	315.000
3- Depreciação	
Casa do proprietário	20.000
Casa do morador	8.000
Motor Bomba	26.660
Máquina forrageira	33.333
Cultivador	833
Carro de mão	375
4- Encargos Sociais	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	678
FUNRURAL	24.480
5- Impostos	
INCRA	552
ITR	212
6- Taxa de Serviço Cadastral	1.032
7- Despesas Eventuais	66.815
T O T A L	734.970

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983

QUADRO 13 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS NUMA PROPRIEDADE DE 100 HECTARES

(JULHO/83)

I T E N S	Cr\$
1- Produto Animal	352.800
2- Produto Vegetal	567.000
3- Depreciação	
Casa do proprietário	26.000
Casa do morador	10.000
Cocheira	3.000
Cerca de faxina	130.000
Motor Bomba	26.660
Máquina forrageira	33.330
Carro de mão	375
Carro de boi	4.000
Pulverizadores	700
4- Encargos Sociais	
Sindicato Patronal	3.367,5
FUNRURAL	46.720
5- Impostos	
INCRA	1.580
ITR	212
6- Taxa de Serviços Cadastrais	1.616,4
7- Despesas Eventuais	130.762,09
T O T A L	1.338.122,99

FONTE: DADOS DA PESQUISA - 1983

Não obstante a intensidade da mão-de-obra empregada e dos riscos a que se expõem os proprietários (principalmente no que concerne à expectativa de preços do mercado e dos constantes períodos de seca que torna o empreendimento deficitário) os proprietários procuram manter suas terras, pois durante os períodos em que a precipitação pluviométrica é normal, a situação financeira da propriedade é regular.

Em resumo, de acordo com os dados do censo agropecuário de 1970 e 1980 do IBGE, observa-se que, em Boqueirão, nos últimos anos, aumentou a concentração de terras em mão de um número reduzido de proprietários. O número de estabelecimentos*, portanto, diminuiu em 6% mas o total de área aumentou em 14,28%. O proprietário que, em 1970, respondia por 88,21% destes estabelecimentos, em 1980 responde por 74,77 sofrendo, portanto, redução de 20% e aumento de área em seu poder de 10,56%. Por outro lado, o número de ocupantes** aumentou para 83% e, a área em seu poder, aumentou apenas para 51,11%. (Ver quadro 14).

O IBGE considera:

- * Estabelecimento agropecuário toda a terra de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural) formada de uma ou mais parcelas, subordinado a um único Produtor, onde se processasse exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; criação de pequenos animais; silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.
- ** Ocupante nos casos em que a exploração se processasse em terras de volutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o Produtor pelo uso.

QUADRO 14 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR

CATEGORIA	TOTAL		CONDIÇÃO DO PRODUTOR															
			PROPRIETÁRIO						OCUPANTE									
	ESTABEL.			ÁREA			ESTABEL.			ÁREA			ESTABEL.			ÁREA		
	1970	1980	%	1970	1980	%	1970	1980	%	1970	1980	%	1970	1980	%	1970	1980	%
PRODUTOR	2.121	1.994	6%	82.204	95.889	14,28%	1.871	1.491	20%	77.383	86.521	10,56%	71	425	83%	3.964	8.107	51,11%

IBGE

3.2 - INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Neste capítulo focalizaremos a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da EMATER, e do DNOCS, instituições mais diretamente ligadas ao produtor rural, especialmente às categorias aqui estudadas, como órgãos destinados à promoção sócio-econômica do trabalhador rural.

3.2.1 - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

ORIGEM - Na década de 50, a concentração da posse da terra aliada às relações de trabalho, provocaram profundo descontentamento entre os trabalhadores rurais e, se propagou por todo o Nordeste entre 1954 e 1960.

A Igreja, tradicional aliada das forças conservadoras e, sentindo estar perdendo influência junto ao homem do campo, resolveu tomar medidas que assegurassem o espaço que ainda lhe restava junto à comunidade. Essas medidas visavam oferecer assistência e orientação ao camponês que, devido às injustiças a que era submetido, tornava-o presa fácil - segundo os próprios representantes da Igreja - da pregação agitacionista.

A década de 50 foi pródiga em termos de documentos e conferências realizadas pela Igreja Católica, onde o episcopado apelava no sentido de que a agricultura regional fosse

se tratada com os mesmos direitos que eram dispensados ao desenvolvimento industrial. Mostra-se interessada pela Reforma Agrária, maior estabilidade do trabalhador rural à terra que cultiva, mediante o estímulo de adoção de contratos legais de arrendamento e de parceria agrícola com base na justiça social. Afirma novamente o propósito de oferecer ao governo a desinteressada colaboração da Igreja, na Região. E, entre as sugestões apresentadas salientavam-se: educação de base e promoção operária; estrutura agrária; agricultura e abastecimento; saúde, maternidade, infância e migrações internas.

Foi com base nesses compromissos firmados, que a CNBB coordenou, em 1960, um sistema de escolas rediofônicas em cinco dioceses, em alguns Estados do Nordeste; lançou em todo o País, o Movimento de Educação de Base (MEB) e, finalmente, criou intenso trabalho de organização do Sindicato Rural.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão, teve sua origem calcada nesse contexto, onde o maior estimulador na ocasião foi o padre da paróquia. A fundação deu-se no dia 01 de dezembro de 1963, contando com sessenta associados.

A idéia da fundação do Sindicato encontrou resistência por parte das autoridades locais e dos empregados rurais. A razão principal da objeção estava no fato de acharem que as normas do Sindicato feriam seus interesses e, também, por acharem que Sindicato era "coisa de comunista". Entre os mais ferrenhos opositores estava a administração local do DNOCS que, conforme informação do atual presidente do Sindicato

to, tentou impedir que o mesmo estendesse sua ação aos arrendatários das margens do açude, alegando ser aquela área espaço federal.

ATUAÇÃO - Hoje, o Sindicato conta com 3.692 associados, correspondendo a 88% do total dos trabalhadores que é de 4.200 em todo o município. Frequentam as reuniões uma média de 100 associados. Possui o Sindicato sede própria desde 1965, porém a área física onde se situa é muito pequena. A mensalidade corresponde a 4% do salário mínimo.

Da contribuição sindical rural, 60% é destinada ao Sindicato; 15% à Federação do Trabalho na Agricultura do Estado da Paraíba; 20% é destinada ao Ministério do Trabalho e 5% para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

A participação numérica dos associados é pouco expressiva (em média 40 associados por reunião) e, o fato vem preocupando seus dirigentes. De modo geral, os associados buscam o sindicato, motivados por dois problemas: o médico e o jurídico. Afastam-se das reuniões (segundo observação precedente) por dificuldade de locomoção e do desconhecimento da importância do Sindicato na defesa de seus interesses; também pelo medo de fazerem denúncias e pela inexistência do cumprimento dos deveres* atribuídos ao

* Segundo a Lei 4.214 de 2 de março de 1963 que dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural" artigo 166, são considerados deveres dos Sindicatos:

- a) colaborar com Poderes Públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
- b) manter serviços de assistência a seus associados;
- c) promover a conciliação dos dissídios de trabalho;
- d) promover a criação de cooperativas para as classes representadas;
- e) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacional.

Sindicato e, finalmente, à desilusão por parte dos produtores em relação às promessas do Sindicato, as quais nem sempre são cumpridas.

A dificuldade de locomoção e cumprimento dos com promissos por parte do Sindicato apresentam solução de continuidade, limitada pelas dificuldades financeiras que impedem sua presença regular nas regiões mais afastadas*; o ideal se ria a criação de infra-estrutura que o dotasse de condições que viessem propiciar ao associado não sô assistência direta mais simples, e também, ao órgão de representação meios para os apoiar noutras reivindicações.

O medo gerado pelas condições de vida a que é submetido o trabalhador, limita a ação do Sindicato. Este receio se configura de duas maneiras: muitas vezes o trabalhador, diante de um problema, não recorre ao Sindicato, preferindo sofrer omisso, ou, então, faz a denúncia mas pedindo muito sigilo; porém, se o fato chega ao conhecimento do patrão nega tudo, temendo perder o emprego ou ser expulso da propriedade.

E finalmente, chega-lhe a desilusão, motivada por fatores anteriormente descritos e pelo conhecimento das limitações a que está submetido o Sindicato; de forma que, muitas vezes, os trabalhadores fazem reivindicações de demorada solução e, também, acontece que juridicamente, impossíveis. E quando ocorre não aguardarem solução de problemas através do

* Logo após a criação do Sindicato, este trabalho foi desenvolvido através da ação conjunta do sindicato, EMATER e Igreja, mas, com mudanças ocorridas na direção da EMATER e da Igreja, este trabalho foi suspenso.

Sindicato, preferindo recorrer aos líderes políticos, os quais sempre lhes prometem solvência imediata, o que raramente se dá.

No que diz respeito aos motivos que levam mais frequentemente os trabalhadores (além dos problemas de saúde) é a imensa quantidade de pessoas sem terras que vêm solicitar a intervenção da entidade, no sentido de obter do DNOCS terras de arrendamento.

É em relação ao DNOCS que o Sindicato recebe o maior número de reivindicações e de reclamações. Entre elas podemos citar: pedidos de distribuição por arrendamento das áreas indenizadas (ver anexo 3); reclamação pela forma por que é feita a transferência dos benefícios feitos nas áreas arrendadas, assim como críticas ao modo pelo qual é feita a transferência dos benefícios, assim como críticas ao modo como é feita a concessão de vazante (ver anexo 4) que, segundo os denunciantes não obedece aos critérios estabelecidos* pelo Ministério do Interior, portaria nº 1.407/DG de 23 de dezembro de 1968; denúncia sobre a existência de áreas de vazante, sendo utilizada para campo de pastagem (ver anexo 5).

* Segundo o documento: "NORMAS PARA ARRENDAMENTO DAS TERRAS DE MONTANTE E JUSANTE, FORNECIMENTO D'ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DOS AÇUDES PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELO DNOCS E MODELOS DE CONTRATOS RESPECTIVOS" com vigência a partir de 1º de janeiro de 1969, no item I, Artigo 7º, fala sobre a preferência para arrendamento que deve obedecer à seguinte ordem:

- a) aos agricultores já estabelecidos no lote;
- b) aos proprietários dos imóveis desapropriados ou doados, desde que explorem o lote diretamente ou por familiares;
- c) aos agricultores sem terra, e responsável por famílias numerosas;
- d) aos agricultores cujas propriedades sejam insuficientes para o sustento de sua família;
- e) aos demais agricultores que não se enquadrem nos itens a, b, c e de.

3.2.2 - EMATER

A atuação da EMATER é feita através do sistema de Extensão Rural no qual se baseia o Plano de Ação, cuja, diretrizes e metas são definidas em função das necessidades agropecuárias do município.

O objetivo da Extensão Rural é de aprimorar a qualidade tecnológica - a nível de produtores rurais - procurando, assim, suprir as necessidades do produtor, contribuindo para o aumento da produção e produtividade, visando o aumento da renda líquida e o bem-estar do produtor. Especificamente o Plano visa a difusão e adoção de tecnologia agropecuária, a nível das pequenas e médias propriedades rurais; melhoria da disponibilidade e da qualidade de alimentação; estímulo ao uso da silagem e do feno; incentivo à inseminação artificial; melhoria do manejo da reprodução; controle das parasitoses e doenças, utilização da adubação orgânica; aproveitamento dos Recursos Hídricos; incentivos a fontes alternativas de energia (Biodigestores); prática de conservação do solo e controle fitossanitário da cultura do tomate e da olericultura.

A estratégia de execução baseia-se na concentração de esforços no sentido de: realizar divulgação das atividades junto às autoridades, líderes e imprensa; realização de reuniões periódicas com produtores e visitas aos campos, visando levar ao produtor as inovações tecnológicas; procurar executar unidades demonstrativas em campos de demonstração com órgãos participantes (Bancos Oficiais, CIDAGRO, Prefeitura) e

oferecer decidido apoio às Cooperativas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais; manter estreita relação com a pesquisa, visando a consecução de informações tecnológicas de rápida e eficiente aplicação na prática, e procurar desenvolver trabalhos com grupos organizados de produtores.

Em 1982, a EMATER orientou 255 produtores de tomate e assistiu 163; para 1983, programou assistir 405; até maio mais de 154; numa área de 460 hectares.

No entanto, segundo declaração dos produtores, a atuação dos técnicos da EMATER não está satisfazendo; as reclamações concentram-se nos seguintes itens: não há análise sobre o estado do solo que os produtores pretendem utilizar, nem do tipo de pragas que acometem a produção; existe deficiência no que tange a visitas ao campo e, as orientações que são oferecidas não são de molde a serem seguidas, pois se relacionam, apenas, com aspectos técnicos sem considerar os da viabilidade econômica do produtor.

No que se refere aos aspectos conjunturais dos produtos agrícolas, principalmente os dos tomates, os técnicos da EMATER destacaram alguns fatores que levam ao insucesso da cultura; são eles: a) tecnologia utilizada; e b) dimensão da área.

A tecnologia e o sistema de produção utilizados pelos produtores até o presente são repetidos, sem que se procure atualizá-los e nem adequá-los às características da região, conquanto haja esforço da Extensão Rural neste sentido. As práticas para as quais os produtores se mostram mais intran-

sigentes em adotar são as seguintes: semente selecionadas, a dubação química, controle fitossanitário e irrigação. Já se constituiu hábito o fato de o produtor retirar sementes de ou tros tomatais anteriores sem levar em conta os devidos cuidados de seleção, tratamento, armazenamento, embalagem e, principalmente, quanto ã desinfecção. Normalmente os produtores confeccionam sementeiras subterrâneas, mas devido ao baixo índice de germinação, terminam por perder as sementes; a adubação química é feita de forma empírica sem nenhum esteio científico, não cumprindo as recomendações de N-P-K, baseada em análises de solo. Para se ter uma idéia geral do problema, as recomendações através de análises de solo, estão em média, em torno de 800/1.000 Kg/N-P-K e o tomaticultor utiliza mais ou menos 2.000/2.500 Kg/ha; outro fator também responsável pelos problemas na produção, é o de aplicação - muitas vezes - incorreta de inseticidas e fungicidas a qual não é obedecida sequer na dosagem recomendada pelo fabricante; isto prejudica não só a colheita, mas também o solo e a água; o fato tem preocupado principalmente as pessoas das cidades que são abastecidas pelo açude; no que diz respeito ã irrigação, os produtores costumam comprar os conjuntos de material de irrigação, sem prévia consulta aos técnicos, seguindo apenas a orientação dos agentes financeiros, os quais dimensionam erradamente o tamanho do conjunto a ser utilizado.

A dimensão da área se constitui num sério problema para os técnicos que assistem os produtores, haja vista que 70% não completam a área de plantio para a qual o projeto se destina, fazendo somente após muita insistência dos técnicos

que argumentam o fato de que a área influi na produtividade, receita e conceito junto aos bancos. Como justificativa os produtores alegam que não sabem quanto é 1 hectare; outras vezes afirmam que o trabalhador enganou-se; estes argumentos, evidentemente são inconsistentes (conforme constatação posterior). Via de regra, estes fatos ocorrem com os produtores que detêm áreas maiores.

3.2.3 - ATUAÇÃO DO DNOCS NO MUNICÍPIO

O Açude Epitácio Pessoa, conta com área de 46 quilômetros de margem à margem das águas; mas apenas 15% da área onde se situa foi indenizada; segundo o encarregado do setor, isto dificulta bastante e impossibilita a distribuição de terras de forma mais abrangente, e mais justa.

A área indenizada - de acordo com a portaria nº 1.407/DG de 23 de dezembro de 1968* - divide-se em Faixa Seca ou "Terrenos Secos" e Faixa Úmida ou "Vazante". A área não indenizada é distribuída em propriedades, classificadas em "pequenas propriedades e empresa rural".

* De acordo com esta portaria que dispõe sobre as NORMAS PARA ARRENDAMENTO DAS TERRAS DE MONTANTE, JUSANTE E FORNECIMENTO D'ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DOS AÇUDES PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELO DNOCS, pág. 1:

ART. 2º - Vazantes são terrenos situados em toda orla do açude a partir da orla do sangradouro, que vão sendo gradativamente des cobertos pela água. Serão divididos em lotes de 5.000m² (0,5 ha) devendo ter no máximo 50 metros de frente.

Atualmente o DNOCS conta com 235 arrendatários e com 86 posseiros, aguardando sua regulamentação.

Conta com 925 lotes na faixa seca cuja área varia de 1 a 16 hectares e com 271 na faixa de vazante, cuja área não pode ultrapassar 100 metros, considerando na contagem, apenas as terras que margeiam as águas do açude.

A atuação do DNOCS em relação aos arrendatários se limita a arrendar e fiscalizar as terras.

A portaria de nº 1.407/DG, de 23 de dezembro de 1968 trata das NORMAS PARA ARRENDAMENTO DAS TERRAS DE MONTANTE, JUSANTE E FORNECIMENTO D'ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DOS AÇUDES PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELO DNOCS, dispõe sobre as obrigações mútuas entre arrendatários e DNOCS, e de acordo com o artigo 31º:

"Nos contratos de arrendamento a serem firmados, na forma do modelo próprio, o DNOCS se prontificará a:

- 1 - prestar assistência e orientação técnica aos arrendatários;
- 2 - facilitar, quando possível, aquisição de mudas e sementes;

* ART. 3º - Os terrenos secos são aqueles que se situam acima das vazantes e apresentam cotas superiores à da soleira do sangradouro e estendem-se até a linha de contorno da bacia hidráulica. Serão divididos para arrendamentos em lotes de 1 (um) hectare com sinais e numerações visíveis consideráveis na frente dos terrenos, a parte que dá para água.

ART. 8º - A extensão da área concedida fica a critério do DNOCS devendo ser tomada em consideração a fertilidade dos terrenos, número de pessoas da família e sua força de trabalho, não podendo, todavia exceder a 4 vazantes a 10 hectares na faixa seca para cada família.

- 3 - facilitar, quando possível, moto-bomba para complementar por irrigação, o ciclo vegetativo das culturas, mediante aluguel ou contrato de serviço conforme tabela a ser baixada;
- 4 - auxiliar, tecnicamente, o arrendatário no combate às pragas e moléstias das culturas e animais, mediante ajuste de serviço para pulverização, povilhamento e aplicações de vacinas;
- 5 - manter uma seção de revenda de ferramenta manual de campo, produtos fitossanitários e veterinários;
- 6 - alugar, mediante pagamento de taxas estabelecidas na tabela a ser baixada, máquina e implementos agrícolas, de tração animal ou mecânica, e os respectivos animais de trabalho;
- 7 - beneficiar ou industrializar os produtos agrícolas, quando possível, mediante taxas estabelecidas;
- 8 - nos açudes em que houver postos agrícolas, dar assistência na forma do artigo 38, alínea 8.^a a 15.^a.

O que se observa é que esta portaria não foi incluída no modelo de contrato do DNOCS, na época, e nem no modelo atual de contrato de arrendamento e termo aditivo, de acordo com a portaria nº 04/DGO de 23 de outubro de 1975, (Ver anexos 6 e 7) em vigor no momento.

Segundo o encarregado da supervisão, o trabalho é deficiente pois o DNOCS local, não dispõe de meios que possibilite trabalho mais condizente com suas propostas. Entre as

principais dificuldades, podemos citar a falta de mão-de-obra especializada e recursos financeiros disponíveis.

No que concerne aos arrendatários que não estão estabelecidos na área indenizada do açude, a atuação do DNOCS se realiza da mesma forma, isto é: sem lhes prestar nenhuma assistência; nem com fiscalização, limitando-se apenas a permitir que estes produtores utilizem as águas do açude na irrigação.

Não existe no DNOCS nenhum plano específico no sentido de prestar assistência ao pequeno produtor que está estabelecido às margens do açude Epitácio Pessoa, fato que ocorre desde sua própria origem que não foi calcado num planejamento racional, posto que a iniciativa de sua construção foi determinado num período de seca, quando o governo tentava atenuar seus efeitos com obras emergenciais para diminuir as migrações internas, e a conclusão do açude acelerada com o objetivo de abastecer Campina Grande, de forma que até hoje a região polarizada pelo açude, ressenete-se de uma estrutura que oferecesse condições ao pequeno produtor no sentido de melhor utilizar sua águas fato agravado pelos relevos geográficos que não permitem irrigação por gravidade, de forma que só se torna possível fazê-lo por bombeamento o que encarece o custo da produção.

Os pequenos produtores e arrendatários procuram se beneficiar do açude, através da pesca (embora mais de 100 pescadores sejam inscritos no posto de pesca do DNOCS) ali também não há organização mais apurada; daí a oscilação no número de pescadores (Ver quadro 16) haja vista eles, em sua maioria, utilizarem a pesca como complemento de subsistência.

QUADRO 16 - NÚMERO DE PESCADORES QUE ATUAM NO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA

(JULHO/83)

ANO MES	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2
Janeiro	162	105	148
Fevereiro	152	109	135
Março	179	80	142
Abril	177	63	149
Maió	150	113	176
Junho	140	96	149
Julho	123	101	153
Agosto	113	119	155
Setembro	119	143	154
Outubro	112	147	173
Novembro	126	159	135
Dezembro	116	143	139

Foi criado no início da década de 80 um projeto-módulo de pescado, fruto dos levantamentos pela FUNART (Fundação Nacional de Artes) junto aos açudes de Soledade, Coremas e Epitácio Pessoa, quando se verificou ser o açude Epitácio Pessoa o de maior população de baixa renda entre os açudes de água doce da Paraíba.

O projeto módulo do pescado, foi criado com a finalidade de atenuar a participação dos intermediários na área, e proporcionar aos pescadores melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo em que elevaria seu nível de renda, eliminando ou atenuando a atividade dos intermediários, buscando criar, entre estes profissionais, um sistema de organização que os habilitasse a assumir, num futuro próximo, a direção do módulo que seria composta por uma representação dos que fossem filiados ao módulo.

Além dos problemas de comercialização, o módulo encontrou sérias dificuldades que trancaram seu bom desempenho. A comunidade dos pescadores (que é composta por aproximadamente 165 familiares) vive de modo bastante precário e desarmônico.

Constataram-se, também, sérios problemas referentes à comercialização; dependência financeira em relação aos atravessadores (resultado da compra a crédito de embarcações e instrumentos de pesca). Ao mesmo tempo, os pescadores não obedecem à orientação do DNOCS e usam de todos os artifícios para aumentar o volume do pescado, o que leva à diminuição no tamanho dos peixes colhidos; e, finalmente, o DNOCS, não dis-

põe de fiscalização adequada e suficiente.

Todos estes fatores refletem seriamente na qualidade do produto, limitando, sobremaneira, as possibilidades de qualquer tentativa de organização que não ataque, também causas básicas de todos estes problemas, isto é: que se oferecessem condições aos pescadores de se libertarem da produção de subsistência e da dependência dos intermediários, ingerências que formam o ciclo de miséria do pescador. Quebrando-se essa corrente, é possível pensar no sucesso da pesca a nível de pescador. Estes fatores contribuíram e, até certo ponto, determinaram o insucesso do módulo-pescado.

A inexistência no DNOCS local de programas que vise o aproveitamento racional dos recursos oferecidos pelo açude e que propicie ao pequeno produtor condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, tem possibilitado a exploração das potencialidades do açude de forma desordenada e nociva, o que se comprova pelos seguintes fatos:

Não obstante a riqueza agrícola e o potencial turístico, somente no fator abastecimento d'água é que o açude é lembrado, pelas autoridades, visto que não há coordenada, visando o aproveitamento turístico e a produção agrícola em larga escala em formas alternativas;

- Os pequenos produtores que atuam na área do açude cada vez mais vulneráveis diante da impossibilidade de gozarem dos benefícios oferecidos pelo governo, possibilitando que pessoas que pertencem a estratos mais altos, desfrutem destas vantagens o que tem contribuído para aumentar a desigualdade de renda;

- A crescente aquisição de terras e sua utilização como mecanismo de defesa, frente à economia inflacionária, cujo processo especulativo proporciona impulso extra à formação de estoques de terras;
- A crescente aquisição e utilização de áreas que margeiam as águas para lazer de uma minoria;
- A agricultura para comercialização, cujo sistema de irrigação não atenta para a preservação do solo, acelerando o processo de salinização.

Concluindo, constatamos que o açude perenizou o rio; no entanto não foi devidamente instrumentalizado para que contribuisse de forma concreta para a elevação do nível de vida do agricultor que atua naquela área.

CAPITULO IV

C O N C L U S Õ E S

Apresentamos a seguir, em termos gerais as primeiras conclusões verificadas no presente estudo, acerca da ação do Estado no desenvolvimento regional no aspecto sôcio-econômico.

Antes, porém, convém lembrar que: os programas de desenvolvimento regional realizam-se dentro do processo de desenvolvimento capitalista que proporciona estímulos ao investimento privado, reforçando a atual estrutura econômica e social, ao invés de modificá-la; e que os projetos de desenvolvimento regional são planejados, considerando os projetos de desenvolvimentistas no contexto nacional.

No município de Boqueirão, a ação do Estado, visando o desenvolvimento regional, através da política de açudagem, industrialização e modernização, nas últimas décadas, tem produzido os seguintes efeitos:

A população sofreu as transformações impostas pela política desenvolvimentista do governo; no entanto, não logrou participar do tão propalado desenvolvimento, via industrialização, que se implantou na região nordestina, porque as indústrias implantadas no vizinho município de Campina Grande, além de absorverem quase que exclusivamente a mão-de-obra especializada, não utiliza a matéria prima produzida no município.

As terras desapropriadas a jusante das barragens não foram destinadas à implantação de cooperativas que propiciasse ao agricultor acesso ao crédito na hora oportuna, e lhe oferecesse assistência técnica e agronômica, informações sobre os mercados e, a possibilidade de armazenamento da produção para que pudesse obter preços compensadores para seus produtos no período de entre safra fixando o pequeno proprietário e o arrendatário à terra, tornando-os, assim, fortes.

Por outro lado, a política de incentivo à modernização da agricultura, através do Programa de Crédito Agrícola, permitiu viabilizar a capitalização de alguns pequenos produtores que, também, foram beneficiados pelo desenvolvimento da ampla infra-estrutura de serviço.

Ao mesmo tempo, esta política incentivadora está se transformando paradoxalmente, numa política de incentivo à concentração das terras e ao desenvolvimento da pecuária e implantação de sistemas particulares de irrigação.

Observa-se, no entanto, que a agricultura que vem sendo beneficiada pela irrigação não é aquela destinada ao abastecimento do próprio produtor e das populações da região; não é a agricultura dos principais produtos alimentícios, como: o feijão, milho, a mandioca, etc., mas, sim, a de produto destinado à industrialização bem como aos grandes centros urbanos - o tomate - a despeito dos problemas de produção e comercialização.

O impacto maior das políticas de desenvolvimento no município de Boqueirão, ocorreu sobre as relações de trabalho

lho no campo, igual se processou no sentido da proletarização do trabalhador rural, atuando nas margens do açude Epitácio Pes soa, e isto, em grande parte, passou a assemelhar o produtor ao trabalhador urbano, de vez que ali domina a remuneração em dinheiro, fazendo desaparecer as antigas formas de pagamento, cujos termos comparativos eram mais vantajosos para o traba lhador rural. A penetração de culturas mais modernas e inten sificação da pecuária, vêm desalojando os produtores, despo jando-os dos instrumentos de produção. Com a perda da terra e, subsequente meios de produção, resta ao agricultores ape nas a alternativa de oferecer sua força de trabalho aos pro prietários e aos arrendatários particulares, migrar ou se de dicarem a outras atividades.

Dentro deste contexto, a atuação do DNOCS, decidi damente, não tem beneficiado os pequenos produtores, os quais, a cada etapa do desenvolvimento regional, são expulsos de su as terras, a princípio sob desapropriação e, em seguida, pelas dificuldades de acesso aos incentivos governamentais, tão ne cessários a seu desenvolvimento. .

Finalmente, se no passado a construção do açude foi a forma encontrada pelo governo para propiciar emprego para mão-de-obra da região e, logo após a conclusão de açude a imediata construção da aduto ra, com o objetivo de atender ao plano de industrialização, hoje, as po tencialidades do açude, não vêm sendo racionalmente exploradas pelo governo no sentido de atender aos objetivos prioritários do DNOCS que são os de criar condições reais para afixação do homem nordes tino, dando-lhe os instrumentos necessários para enfrentar o flagelo das secas, melhorando gradativamente seu padrão de vida.

A N E X O S

A N E X O I

Classificação do município de Boqueirão em termos populacionais

A N E X O I

CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO
EM TERMOS POPULACIONAIS

<u>MUNICÍPIOS</u>	<u>POPULAÇÃO TOTAL</u>
1º - João Pessoa -----	338.629
2º - Campina Grande -----	225.232
3º - Souza -----	73.838
4º - Santa Rita -----	69.058
5º - Patos -----	66.708
6º - Bayeux -----	59.644
7º - Sapê -----	51.468
8º - Cajazeiras -----	47.218
9º - Guarabira -----	42.379
10º - Mamanguape -----	41.652
11º - Pombal -----	40.521
12º - Alagoa Grande -----	30.724
13º - Boqueirão -----	30.624

IBGE - Diretoria Técnica
 Censo Demográfico de 1980
 Resultados Preliminares

A N E X O I I

Municípios que compõem a Micro-Região Homogênea 208

A N E X O IIMUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A MICROREGIÃO HOMOGÊNEA 208

<u>MUNICÍPIOS</u>	<u>POPULAÇÃO TOTAL</u>
Boqueirão -----	30.624
Aroeiras -----	27.245
Monteiro -----	27.134
Umbuzeiro -----	17.169
Sumê -----	16.976
Serra Branca -----	15.396
Taperoã -----	15.323
Natuba -----	11.533
Soledade -----	9.452
São João do Cariri -----	7.884
São José dos Cordeiros -----	6.689
Cabaceiras -----	6.203
Congo -----	6.116
Livramento -----	5.964
Gurjão -----	5.770
Camalaú -----	5.152
São João do Tigre -----	4.942
Barra de São Miguel -----	4.877
São Sebastião do Umbuzeiro -----	4.631
Prata -----	4.409
Olivedos -----	3.620
Ouro Velho -----	3.044

IBGE - Diretoria Técnica
Censo Demográfico - 1980
Resultados Preliminares

A N E X O I I I

Termo de reclamação feito por trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão referente a não distribuição de vazantes e denúncia de sua utilização como pastagem.

- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOQUEIRÃO -

Reconhecido pelo M T P S em 12 de Outubro de 1965

Rua Ivanilda Rodrigues Chagas, 66

BOQUEIRÃO — PARAÍBA

TÉRMO DE RECLAMAÇÃO:

Aos dias vinte e um de fevereiro de mil novecentos setenta e seis (21-02-76), compareceu a sede deste Sindicato o trabalhador rural Manoel Custodio da Silva, casado, brasileiro, residente e domiciliado no Sítio Bredos deste Município de Boqueirão neste Estado, que reclamou o seguinte:

1ª- Que tendo em vista da Srª. Maria Damiana da Conceição, não dispor mais de condição física para trabalhar, lhe concedeu a vazante onde trabalhava, situado no Sítio Bredos, em terreno do Açúde Público Epitácio Pessoa de Boqueirão, pertencente ao DNOCS.

2ª- Que ao ter comunicado este fato na Administração do DNOCS, o Sr. Edson Formiga-Encarregado da Fiscalização de Vazantes, declarou que o acordo que podia fazer era autorizar que vendesse a vazante a outra pessoa interessada e desocupasse dentro do prazo de 10(dez) dias. E posteriormente afirmou que se não fôsse cumprida a sua ordem, levava a policia para botar prá fora à força bruta.

3ª- Que na qualidade de trabalhador rural, recebeu a vazante com a finalidade de morar e trabalhar na mesma. Pois reconhece que a área de terra, pertence ao Governo Federal e não pode ser vendida a ninguém e sim concedida aos trabalhadores pobres para cultivar. Mas enquanto procurou a repartição do DNOCS e o Sr. Edson Formiga não concordou, se constata que pessoas ricas que não têm nenhuma necessidade, estão comprando vazantes, conforme afirmações das testemunhas abaixo. E ainda acrescentou o reclamante que desta maneira o Sr. Edson Formiga está lhe perseguindo e agindo com distinção, se prevalecendo apenas dos poderes que lhes são conferidos pelo DNOCS.

E, como nada mais disse, nem lhe foi, perguntado, foi encerrado o presente documento que, depois de lido e achado conforme assina juntamente com as testemunhas, além do visto do presidente deste Sindicato.

Boqueirão-Pb, 21 de fevereiro de 1.976

Manoel Custodio da Silva
Por ser o reclamante analfabeto, põe a impressão digital e assina a seu rogo José Paulino da Silva.

José Paulino da Silva
VISTO DO PRESIDENTE

Na qualidade de testemunhas, nós abaixo assinados, atestamos para todos os fins de direitos, que realmente não verdadeiras as declarações acima prestadas pelo trabalhador rural Manoel Custodio da Silva.

Antônio de Souza Ramos

Por ser analfabeto, põe a impres-

A N E X O I V

Termo de reclamação feito por trabalhadores no Sindicato dos
Trabalhadores com denúncia referente à concessão de vazantes.

TÉRMO DE RECLAMAÇÃO

Aos dias três do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e um (1981), compareceram à Sede deste Sindicato os trabalhadores rurais: José Silvino de Lima, Dorgival Bezerra de Albuquerque, Josué Filomeno da Costa, Manoel Juvenal Sobrinho, Antonio Severino Pereira, José Artur Felipe e Manoel Joaquim da Silva, todos brasileiros, casados, agricultores, residentes e domiciliados nesta cidade de Boqueirão-Pb, que reclamaram o seguinte:

- I - Que tendo comparecidos no mês de julho do corrente exercício de 1.981, ao Escritório local do DNOCS, a fim de conseguirem vazantes nas margens do Açúde Público Epitácio Pessoa de Boqueirão-Pb, para trabalharem juntamente com suas famílias, cultivando gêneros alimentícios e, na oportunidade o Sr. Vibicius Abrantes de Andrade - Diretor Administrativo deste Açúde do DNOCS, afirmou que todos aguardassem que o Sr. Edson Formiga da Costa, encarregado que encontrava-se de férias, voltasse a trabalhar neste mês de agosto/81, para distribuir vazantes localizando todos.
- II - Que ao terem procurado o Sr. Edson Formiga da Costa, lhe trataram o caso e este afirmou que tem muitas vazantes desocupadas, mas não dava a nenhum trabalhador rural, alegando não ter ordem para distribuir vazantes com ninguém este ano e principalmente ao TR José Silvino de Lima, que além de pedir vazante pra si próprio, já trouxe consigo até 30 (trinta) trabalhadores a procura de vazantes.
- III - Tendo ainda afirmados que não conformados com tal atitude, disseram que iam recorrer a outra autoridade para tentarem conseguir vazantes e na ocasião o referido Sr. Edson Formiga da Costa, disse que poderiam procurar mesmo uma grande autoridade e só não fôsem em conversa de (João Ismael), João Alves de Assis - Presidente deste Sindicato, que não tem condição de resolver este problema.

E, como nada mais disseram e nem lhes foi perguntado, foi encerrado o presente termo, que vai assinado pelos reclamantes, depois de lida e achado conforme, além do visto do Diretor Presidente desta Entidade.

Boqueirão-Pb, 03 de Agosto de 1.981.

Jose Silvino de Lima

Antonio Severino Pereira

Manoel Joaquim da Silva

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de documentário, que a presente fotografia foi realmente feita por mim nesta data, no local denominado Sítio Brêdos, em terreno de Açude Público Epitácio Pessoa-DNOCS, do Município de Boqueirão-Pb.

Pelo que firmo a presente, para que produza os devidos efeitos legais necessários.

Boqueirão-Pb, 7 de Julho de 1981.

Olacilio Sista da Costa

OLACILIO SISTA DA COSTA - Fotógrafo Profissional .

Cartório "Epitácio Pessoa" Boqueirão - Paraíba	RECONHECIMENTO	OLACILIO SISTA DA COSTA
		CPF nº 131.071.128-8
		13/07/1981
		OLACILIO SISTA DA COSTA

A N E X O V

Ofício enviado ao DNOCS pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS com pedido de distribuição de vazantes e denúncia de sua utilização como pastagem.

Boqueirão-Pb, 09 de Março de 1981

Ofício Nº 09/81

Assunto: Representação (faz)

Senhor Administrador.

Servimo-nos do presente, para de acôrdo com o disposto no art. 1º dos Estatutos Sociais deste Sindicato, que determina ser esta Entidade constituída para fins de coordenação, proteção e representação legal da sua categoria profissional, perante as autoridades Administrativas e Judiciárias e, representando neste ato todos os trabalhadores rurais deste Município, reivindicamos de V.Sª. o seguinte;

- I) Considerando o número de trabalhadores rurais que comparecem / neste Sindicato, alegando de estarem passando fome, juntamente com as suas famílias, devido as sêcas verificadas neste Município, nestes últimos anos.
- II) Considerando que a maioria das terras indenizadas pelo DNCOS, nas margens do Açúde Ppublica Epitácio Pessoa de Boqueirão-Pb, estão improdutivas ou mal distribuídas, até com criatório de animais que é expressamente proibido, conforme podemos constatar.
- III) Considerando ainda que de acôrdo com o disposto no art. 6º da Portaria do Sr. Diretor Geral Nº 7/DFP, de 30/03/1964, que determina / casos de sêcas poderá ser feita a redistribuição das vazantes, reduzidas a sua largura, em cada caso especial, a critério da Administração, com o objetivo de atender em emergencia a um grande número de trabalhadores rurais necessitados.

Pois de conformidade com o exposto, afim de ajudar a solucionar em parte este problema e de combater a sêca, solicitamos de V.Sª. tomar medidas urgentes, no sentido de distribuir todas as terras desocupadas, que foram indenizadas pelo DNCOS neste Açúde, com aqueles trabalhadores interessados mais necessitados que estão passando dificuldades financeiras.

E, confiando na politica governamental do governo, que afirmou dar prioridade a agricultura, no ensejo reiteramos a V.Sª. os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

A N E X O V I

Modelo de contrato de arrendamento utilizado pelo DNOCS

CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE TERRAS QUE
 ENTRE SI FAZEM, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE
 OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS) E O (A) SR. (A)
 , NO AÇUDE PÚBLICO
 , SITUADO NO
 MUNICÍPIO DE , ES-
 TADO

Aos () dias do mês de do ano de
 mil novecentos e oitenta e , no Escritório da Administração do Açude Público
 , situado no município de
 , Estado , do

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, entidade autárquica federal, criada pela
 Lei no. 4.229, de 1o. de junho de 1963, doravante denominado neste instrumento DNOCS,
 neste ato representado pelo MÉDICO VETERINÁRIO AMARO JOSÉ NERY DA SILVA,
 Chefe da Divisão de Pesca e Piscicultura, conforme Delegação de Competência constante da
 Portaria no. 66/3DR/Pe de 24 de abril de 1981, publicada no Boletim Administrativo Re-
 gional no. 12, de 30 de abril de 1981, do Sr. Diretor da 3a. Diretoria Regional do DNOCS,
 e o (a) Sr (a)

brasileiro (a), , agricultor, residente e domiciliado no município de

, Estado , daqui

por diante denominado simplesmente ARRENDATÁRIO e, tendo em vista o que determina
 a Portaria no. 04/DGO, de 23 de Outubro de 1975, do Sr. Diretor Geral do DNOCS, têm
 justo e acordado celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é o arrendamento, pelo DNOCS,
 de () hectares de terras na faixa seca (Lote no.) e
 uma área de vazantes, com () metros de frente, situados
 no Açude Público , mediante o pagamento
 das respectivas taxas anuais, na quantia de Cr\$ (

), podendo ditas taxas serem
 reajustadas posteriormente, mediante Portaria do Sr. Diretor Geral do DNOCS. CLÁUSULA
 SEGUNDA – As taxas de arrendamento de que trata a Cláusula anterior, serão pagas de
 uma única vez, referente a cada ano do Contrato, sendo que a primeira deverá ser paga no
 ato da assinatura do presente instrumento, no Escritório da Administração do Açude Públi-

proibições previstas na Cláusula anterior deste termo, incorrerá na multa de 5 a 15 % (quinze por cento) e, no caso de reincidência, de 15 a 30 % (quinze a trinta por cento) do valor de referência regional (lei no. 6.205, de 29 de abril de 1975). O infrator poderá recorrer ao Sr. Diretor da Diretoria Regional a que estiver jurisdicionado no prazo de 15 (quinze) dias da ciência dessa decisão. Ao valor da multa serão acrescidos 10 % (dez por cento) por cada dia que exceder ao prazo marcado para o ARRENDATÁRIO executar as providências adotadas pelo DNOCS. CLÁUSULA DÉCIMA — O ARRENDATÁRIO que não pagar a multa dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data determinada para seu recolhimento, terá seu contrato rescindido, providenciando o DNOCS a cobrança judicial e a retirada do faltoso das terras da União. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — No caso em que o ARRENDATÁRIO estabeleça sua residência no lote seco, será obrigado a construir uma fossa rústica, que impeça o escoamento das dejeções para o Açude. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — A construção, ampliação ou reforma de residência, obedecerá às normas vigentes no DNOCS e estará sujeita à autorização deste Departamento. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Os restos de culturas poderão ser aproveitados na alimentação de animais, desde que o ARRENDATÁRIO, na faixa seca, e em locais afastados da máxima cota d'água, faça currais seguros, onde os animais recebam as rações de restolho ou de feno. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Qualquer benfeitoria que venha a ser implantada no lote, por parte do ARRENDATÁRIO, terá que receber a necessária aprovação do DNOCS. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — É permitido ao ARRENDATÁRIO tirar água do açude para lavagem de roupa, de animais e outros fins, desde que a mesma, depois de utilizada, não mais retorne ao Açude. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — O ARRENDATÁRIO poderá ser afastado do Lote, com rescisão do contrato: a) por desobediência às proibições mencionadas na Cláusula Sétima deste Contrato; b) por não efetuar o pagamento da multa mencionada na Cláusula Décima deste instrumento; c) quando o Lote se tornar necessário às obras do DNOCS. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — A destruição de culturas, cerca ou benfeitorias, ocasionadas pela variação do nível d'água do Açude, não dará direito a indenização ao ARRENDATÁRIO. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — No caso de falecimento do ARRENDATÁRIO, o presente Contrato continuará em vigor, mediante declaração escrita dos sucessores de que se comprometem a respeitar as cláusulas e condições estipuladas e apresentarem atestado de óbito. CLÁUSULA DÉCIMA NONA — O ato de rescisão do Contrato poderá ser proposto por qualquer das partes, sendo que referida rescisão, em qualquer dos casos, será feita mediante comprovação dos motivos alegados. CLÁUSULA VIGÉSIMA — Rescindido o Contrato, por qualquer das hipóteses previstas nas Cláusulas Décima e Décima Sexta, será o ARRENDATÁRIO notificado, administrativamente, para desocupar o imóvel, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual será despejado sem qualquer direito à indenização por

A N E X O V I I

Termo aditivo de contrato de arrendamento utilizado pelo DNOCS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO No. / , CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS) E O (A) SR. (A) PARA ARRENDAMENTO DE TERRAS NO AÇUDE PÚBLICO , SITUADO NO MUNICÍPIO DE ESTADO

Aos () dias do mês de , do ano de mil novecentos e oitenta e , no Escritório da Administração do Açude Público , situado no município de , Estado

, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, entidade autárquica federal, criada pela Lei no. 4.229, de 1o. de junho de 1963, doravante denominado neste instrumento DNOCS, neste ato representado pelo Médico Veterinário AMARO JOSÉ NERY DA SILVA, Chefe da Divisão de Pesca e Piscicultura, conforme Delegação de Competência constante da Portaria no. 66/3DR/F e de 24 de abril de 1981, publicada no Boletim Administrativo Regional no. 12, de 30 de abril de 1981, do Sr. Diretor da 3a. Diretoria Regional do DNOCS, e o (a) Sr (a)

, brasileiro (a), , agricultor, residente e domiciliado no município , Estado

, daqui por diante denominado simplesmente ARRENDATÁRIO, firmam o presente Termo Aditivo, sob as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA — Fica renovado por mais () anos (s) o Contrato de Arrendamento no. , celebrado em , referente ao arrendamento de () hectares de terras na faixa seca (Lote no.) e uma área de vazantes, com () metros de frente, situados no Açude Público , mediante o pagamento das respectivas taxas anuais, na quantia de Cr\$ () , podendo ditas taxas serem reajustadas posteriormente, mediante Portaria do Sr. Diretor Geral do DNOCS. CLÁUSULA SEGUNDA — Os contratantes obrigam-se ao fiel cumprimento de todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato de Arrendamento

no. _____ que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.
FECHO – E, para firmeza e validade de tudo o que ficou aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em quatro (4) vias, para um só efeito, que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes. E para constar, eu,

, datilografei o presente termo, o qual subscrevo

– REPRESENTANTE DO DNOCS –

– ARRENDATÁRIO –

TESTEMUNHAS: 1) _____

2) _____

B I B L I O G R A F I A #

- 1 - ANDRADE, Manuel Correia de -
1973 - A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo. Bra
siliense.
1976 - O Planejamento Regional e o Problema Agrário
no Brasil - São Paulo. HUCITEC, Coleção Estudos Brasi
leiros 4.
1977 - Espaço, Polarização e Desenvolvimento - São Pau
lo. Editorial Grijalho.
- 2 - BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República de 1930 a
1960. São Paulo. Editora EDAGLIT, 1962.
- 3 - CASTRO, Josué de - Sete Palmos de Terra e um Caixão. São
Paulo. Editora Brasiliense. 1967.
- 4 - COHN, Amélia - Crise Regional e Planejamento. São Paulo.
Editora Perspectiva, 1976.
- 5 - FURTADO, Celso - Pequena Introdução ao Desenvolvimento.
São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1980.
- 6 - JÚNIOR, Caio Prado - A Revolução Brasileira. São Paulo .
Brasiliense, 1978.
- 7 - MOREIRA, Raimundo - O Nordeste Brasileiro: Uma Política
Regional da Industrialização. Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 1979.
- 8 - MAGALHÃES, João Paulo de Almeida - Modelos Alternativos
de Desenvolvimento: Opções para a Próxima Década. Rio
de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- 9 - SOBRINHO, A. E. de Lima - Fome, Agricultura e Política no
Brasil. Petrópolis. Rio de Janeiro. Editora Vozes,
1981.
- 10 - SILVA, J. F. Graziano de - Estrutura Agrária e Produção
de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo.
HUCITEC, 1978.

- 11 - LUZ, Nícia Vilela - A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo. Editora Alfa Ômega, 1978.
- 12 - ARAÚJO, Paulo Fernandes Gidade de - Desenvolvimento da Agricultura. São Paulo. Livraria Pioneira Editora . 1979.
- 13 - MARTINS, José de Souza - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1973.
- 14 - QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de - Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- 15 - MULLER, Geraldo - Estado, Estrutura Agrária e População, Petrôpolis. Editora Vozes, 1980.

OBRAS CITADAS

- 1 - ANDRADE, F. Alves de - Agronomia e Humanismo. Problemas de Política Econômica e Educacional Agrária. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- 2 - HIRSCHMAN, Albert O. - Política Econômica na América Latina. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura S/A, 1963.
- 3 - PALERM, Angel - Ensayo de Crítica al Desarrollo Regional en México. In David Berkin (Org.) Los Beneficiarios del Desarrollo Regional. México. Sep Setentas, 1972.
- 4 - SORJ, Bernardo - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1980.
- 5 - TOMPKIN, J. P. - Estatísticas e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais Rurais. Piracicaba, ESALQ/USP, 1967.
- 6 - COHN, Amélia - Crise Regional e Planejamento. São Paulo. Editora Perspectiva, 1976.
- 7 - ANDRADE, Manuel Correia de - Estado, Capital e Industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- 8 - SUDENE, IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.
- 9 - _____, III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.
- 10 - I Encontro dos Bispos do Nordeste - Campina Grande, Presidência da República. Rio de Janeiro, 1960.
- 11 - Mensagem ao Congresso Nacional - Presidência da República. Rio de Janeiro, 1951.
- 12 - GRUPO CARIRI - Decreto nº 39.295 de 1 de junho de 1956, Regulamento Interno.

- 13 - O NORDESTE É PROBLEMA NACIONAL - Memorial encaminhado ao Ministério do Interior Mário Andreaza pelo Deputado Wilson Braga.
- 14 - Crescimento e Pobreza - Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo, Edições Loyola.
- 15 - Boletim Informativo do DNOCS. Fortaleza, 1979.